

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS - UNIJUI
MESTRADO DE EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO E
COOPERATIVISMO NO MEIO RURAL – O CASO SANTO CRISTO RS**

AIRTON RODRIGUES DA SILVA

ORIENTADOR: Dr. WALTER FRANTZ

**Ijuí,
2005**

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS - UNIJUI
MESTRADO DE EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO E
COOPERATIVISMO NO MEIO RURAL – O CASO DE SANTO CRISTO RS**

MESTRANDO: AIRTON RODRIGUES DA SILVA

ORIENTADOR: Dr. WALTER FRANTZ

**Ijuí,
2005**

AIRTON RODRIGUES DA SILVA

**CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIATIVISMO E
COOPERATIVISMO NO MEIO RURAL - O CASO DE SANTO CRISTO RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande de do Sul - UNIJUI, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Walter Frantz

**Ijuí,
2005**

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1 Reflexões sobre um estudo de caso.....	16
1.1 A questão do conhecimento.....	16
1.2 A questão da educação.....	19
1.3 O princípio da dúvida.....	22
1.4 O associativismo.....	23
1.5 O Cooperativismo.....	26
1.6 O que é uma cooperativa.....	28
1.7 Histórico do cooperativismo	31
1.8 Relação entre cooperativismo e educação	35
2 Caracterização da realidade pesquisada	38
2.1 Caracterização histórica de Santo Cristo	38
2.2 Santo Cristo - Uma história ligada à cooperação.....	46
2.2.1 Pequenas Cooperativas de Agricultores da década de 1960	50
2.2.2 APSATs.....	50
2.2.3 Clubes 4-S	52
2.2.4 Cooperativas Regionais	55
2.2.5 Cooperativas de Crédito	58
2.2.6 Coopasc	60
2.2.7 Programa de Saúde Alternativa	62
2.2.8 Sindicato dos Trabalhadores Rurais	63
2.2.9 Associação de Desenvolvimento Comunitário	66
2.2.10 Rádio Comunitária.....	67
2.2.11 Associações de Produtores Rurais Linha do Rio	69
2.2.12 Jovens rurais – casa das Sementes.....	70
2.2.13 Cooperativa de mulheres	71
2.2.14 Associações de redes de água	72
3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO COLETIVO À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	73
3.1 A dúvida como elemento constitutivo do sujeito.....	85
3.2 O constante recomeço	89
Considerações finais	93
Referências.....	96
ANEXO I.....	100
ANEXO II	101
ANEXO III.....	102

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pais e irmãos pelo incentivo e apoio dado durante toda minha vida de estudante. Se não puderam dar muito apoio material, com certeza não faltou o encorajamento e o exemplo de vida e de trabalho, especialmente dos meus pais, que criaram e educaram com princípios, valores e moral seus sete filhos.

À minha esposa e companheira Marta e a filha Bianca, pelo incentivo, a tolerância e a compreensão. Foram necessárias muitas ausências nas viagens para participar das aulas e outras tantas horas de leitura e produção escrita. Vocês são a razão maior do meu caminhar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Walter Frantz, pela disponibilidade, clareza e competência que acompanhou minha caminhada, sempre deixando claro que o objetivo maior deste trabalho era produzir um novo pesquisador. Também aos professores Dr. Paulo Zarth, Dr. Egon Frölich e Dr^a Anne Marie Wauthier pelas importantes contribuições nas bancas de qualificação e defesa. Sempre muito profissionais e, além disso, incentivadores.

À Uniuí, instituição na qual fiz minha formação acadêmica, mais especificamente a todos os docentes que de alguma forma contribuíram na minha formação.

Ao órgão financiador da Bolsa de Mestrado, CAPES, sem a qual este trabalho não seria possível, devido as limitações financeiras.

A todos àqueles que de uma ou de outra maneira me auxiliaram neste mestrado, muito obrigado de coração.

RESUMO

A dissertação trata de um estudo de caso que investiga as contribuições do associativismo e do cooperativismo na construção do conhecimento. As práticas sociais de associativismo e cooperativismo estudadas localizam-se no município de Santo Cristo, situado na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. O município teve sua colonização oficial iniciada no início do século XX por descendentes de imigrantes alemães católicos. Os colonizadores trouxeram uma tradição de trabalho coletivo, que aliado aos grandes desafios iniciais, levou-os a reproduzir e a desenvolver, nas novas condições de trabalho e convivência social, experiências associativas e cooperativas, objeto de nosso estudo. A hipótese orientadora de nosso estudo é de que, essas organizações se mostraram, ao longo do tempo, espaços de construção de conhecimentos. Partimos do princípio de que a formação dos atores sociais acontece através de uma ação fundamental do meio social em que ela ocorre. O texto inicia com algumas conceituações acerca dos temas abordados, seguido de um resgate da formação histórica de Santo Cristo e a apresentação de algumas organizações de trabalho coletivo que se desenvolveram. Na sua parte final, o estudo trata das contribuições que essas experiências trouxeram quanto ao aspecto da construção social do conhecimento. No centro das atenções estão as práticas concretas de associação e cooperação e sua contribuição para a construção do conhecimento dos sujeitos envolvidos. O estudo foi elaborado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a colonização do município, bem como sobre a interferência da realidade social na formação dos sujeitos. Além disso, constam na parte final, um grande número de entrevistas com pessoas que atuaram, ou que ainda atuam, nessas experiências abordadas do campo do trabalho coletivo, ou que, simplesmente, eram associados de alguma associação ou cooperativa. A delimitação necessária do tema não permitiu a análise de outros elementos importantes sobre a realidade pesquisada, tais como a contribuição econômica que estas organizações trouxeram para a vida familiar e do município; em que grau elas contribuíram para um índice menor de êxodo rural em Santo Cristo, se comparado a outros municípios da região e a média nacional, e outros. O estudo abre caminho para outras pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo, cooperativismo, conhecimento, educação e Santo Cristo.

ABSTRACT

The dissertation consists of a case study which investigates the contributions of associativism and cooperativism in knowledge construction. The social praxis of associativism and cooperativism studied, are found in the municipality of Santo Cristo, located in the Northwestern border of Rio Grande do Sul. The municipality had its official colonization initiated started in the beginning of XX century, carried out by descendants of German catholic immigrants. The settlers brought a tradition of collective work, which allied to the great initial challenges, led them to reproduce and develop, in their new work condition and living together environment, cooperated and associated experiences, object of our study. The orientation hypothesis of our study is that: these organizations have showed themselves, through the time, as spaces for knowledge construction. We start from the principle that the formation of social actors happen through a basic action from social environment in which it occurs. The text begins with some concepts about the focused themes, followed by the historical formation of Santo Cristo and also the presentation of some organizations of collective work which have developed themselves. In the past part, the study focuses on the contributions that these experiences have brought, concerning to the feature of the social construction of knowledge. The core of concerns are the real practices of association and cooperation, and their contribution to the construction of knowledge of the individuals in case. The study was based on a bibliographical research about the colonization the municipality, as well as about the interference of social reality upon the individuals formation. Besides, in its final part, presents interviews with people that acted or who still act in the approached experiences on the collective field work, or who, simply were related to any association or cooperative. The necessary delimitation of the theme has not allowed the analysis of other important questions about the researched reality, such as the economic contribution these organization have brought to the families and to the municipality, and how they contributed to keep a smaller index of the exit from rural areas of Santo Cristo, if compared to the other communities and the national average, as examples. The present study opens doors for future researches.

Introdução

A dissertação tem como objeto de estudo o associativismo e o cooperativismo como espaços de construção de saberes, de conhecimentos e de aprendizagens, e, portanto, como espaços educativos. No centro das atenções estão as práticas concretas de associação e cooperação. A partir desse olhar, busca-se relacionar essas práticas com a história do desenvolvimento das comunidades do interior do município de Santo Cristo e de seus atores.

Muito já se estudou e escreveu sobre práticas associativas e cooperativas, abordando sua importância no desenvolvimento econômico e social. A história do associativismo e do cooperativismo é repleta de referências às mais diferentes práticas ou modelos construídos. No entanto, acredita-se que o tema e a problemática em foco não estejam esgotados pelos diversos olhares já realizados e que seja justificável a sua retomada, através de um estudo de caso, com a intenção de contribuir para com a compreensão dessas práticas, especialmente, no sentido de sua contribuição à formação pessoal dos seus integrantes e ao desenvolvimento local.

Para iniciarmos o estudo, é imprescindível afirmarmos que concordamos com a concepção de que o conhecimento é uma construção social, realizada por cada indivíduo, com influência do meio social onde ele vive e se desenvolve. Ao afirmar isso, negamos a idéia do conhecimento ser uma transmissão pura e simples de conteúdos pré-elaborados e que, como um processo de sinergia, é assimilado uniformemente. Cada sujeito constrói seus conhecimentos, ao longo de sua trajetória de vida, nas relações com os outros e em diferentes dimensões práticas.

Se aderirmos a esta concepção, não podemos fazê-lo sem afirmar que a escola não é o único lugar social de construção do conhecimento e de aprendizagens, mas apenas um deles, talvez o mais importante. Mas existem outros lugares de convivência e de relacionamento que oportunizam processos de conhecimentos e situações de aprendizagem também muito ricas. Alguns exemplos, entre outros que poderíamos abordar seriam a família, a comunidade, o sindicato, as Organizações Não Governamentais, as práticas culturais, a associação de moradores e as cooperativas.

A construção social do conhecimento implica muitas experiências, situações empíricas que resultam, na prática, em uma percepção e reflexão mais abrangente e complexa da realidade na qual o sujeito está inserido. Essa visão acontece através do diálogo, da troca de opiniões, do confronto dialético de idéias e interesses, em um ambiente de ampla participação. Essa possibilidade de manifestação do sujeito é fator determinante para que o espaço onde acontece seja efetivamente de construção do conhecimento.

O presente estudo parte do princípio que a formação dos atores sociais acontece através de uma ação fundamental do meio social em que ela ocorre. Os contatos que uma pessoa possui, as entidades que o meio dispõe para seu envolvimento, as possibilidades de diálogo, de discordância, de debate ajudam a construir a personalidade. Mas também somos sujeitos deste mesmo meio. Há, portanto, uma constante interação entre o sujeito e o meio.

Esta dissertação tem por hipótese verificar em que medida a organização associativa e/ou cooperativa, como um espaço de relação entre sujeitos, influencia na formação pedagógica destes sujeitos em Santo Cristo. Neste sentido, pelo fato do associativismo e o cooperativismo serem um lugar social de apresentação, de defesa e de contestação de idéias, de planejamento e organização de um determinado grupo de pessoas, a diversidade de opiniões é uma centralidade do processo. Essa diversidade de opiniões e a busca de um consenso, onde o sujeito ora cede, ora avança no convencimento, se consolida como um processo com possibilidade de intervenção na realidade e influi decisivamente na formação dos atores dessa intervenção, sendo, portanto, um processo educativo. Walter Frantz chama de “grande escola” estes espaços de luta pela sobrevivência, entre elas, as organizações associativas e cooperativas.

Paulo Freire, falando sobre métodos de pesquisa alternativa, nos dá uma contribuição importante que merece ser destacada nesta introdução da pesquisa.

“Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos e dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos estes fatos e todos estes dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade” (Freire, 1984 p.55).

Freire destaca a sensibilidade necessária ao pesquisador quando estuda uma determinada realidade. Por ter como objeto a ser desvelado a realidade concreta, o estilo de pesquisa aqui desenvolvida, que é um estudo de caso, caracteriza-se como um diálogo que não se encerra com o ponto final, mas permanece aberto para futuras contribuições que venham a elucidar melhor o contexto descrito. Apresentamos aqui uma leitura possível, que não tem a pretensão de ser a única e nem a que coloca um ponto final. Parafraseando Mário Osório Marques, podemos dizer que, ao produzir o trabalho, estamos numa condição de diálogo tácito, que após a sua publicação ganha a feição de um documento passível de análises, acréscimos e contestações.

Ao nos propormos a realização deste trabalho dissertativo, tivemos a clareza que teríamos que utilizar a História Oral como ferramenta de pesquisa. Ela hoje é bastante reconhecida, mas ainda sofre algumas restrições, fato que justifica a breve defesa que traçaremos aqui.

Em âmbito mundial, a História Oral se fortaleceu a partir da década de 1960 baseando-se no contra-discurso e na vontade de derrubar o interdito estabelecido pela História crítica do século XIX, que expulsa a tradição oral do campo científico em proveito das fontes escritas.

Durante a década de 1980, a História Oral passou por um período de adaptação e enfrentou os problemas existenciais inerentes a uma nova modalidade de utilização de fontes de pesquisa, que necessita de reconhecimento da comunidade científica, bem como da sociedade e das instituições. Neste período ela não esteve incluída de maneira mais sistemática nos debates acadêmicos da área de História e das Ciências Sociais e nem foi objeto de atenção a ponto de originar encontros especializados. Ela também enfrentou problemas práticos como a dificuldade analítica de aproveitamento e as questões vinculadas ao arquivamento.

Já na década de 1990, finalmente abrem-se horizontes de desenvolvimento da História Oral, com o pleno reconhecimento e institucionalização da área. Foram realizados Encontros Nacionais de História Oral e como resultado destes foi criada a Associação Brasileira de História Oral..

Para a pesquisadora espanhola Mercedes Vilanova, “as fontes orais são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis” (in Moraes, 1994 p.46). Ela sustenta a idéia de que a história precisa servir para alguma coisa, por isso

defende uma história sem adjetivos, útil e bem feita e está convencida que “essa história bem feita, sem fontes orais é uma História incompleta.

A fonte oral é uma fonte viva, inacabada, que nunca será exaurida. Posto que é viva, ela é parcial. Sua grande qualidade é colocar o pesquisador diante do outro, o pesquisado, num diálogo de duas pessoas que estão se olhando, interagindo numa relação que se constitui em um grande aprendizado mútuo.

Nosso objetivo, ao utilizar esta ferramenta de pesquisa é apresentar um trabalho sistemático para obter, por parte das lideranças associativistas e cooperativistas que tiveram vidas significativas de atuação neste campo o mais completo relato de sua participação nestes espaços. E a partir desta observação tentar adequar nossa hipótese central de que os espaços associativos e cooperativos foram espaços de educação.

Além da reconquista da memória e da identidade, a História Oral toma um sentido mais profundo, de reconquista da história e de reconstrução do conhecimento sobre a sociedade.

As ciências humanas e sociais apresentam diferenças estruturais em relação às demais, pois seu objeto de estudo é socialmente condicionado. Isso significa dizer que nem sempre é possível utilizar o mesmo método de verificação, por exemplo, das ciências exatas e naturais.

Para Pedro Demo uma das particularidades centrais das ciências sociais reside no fato de seu objeto ser histórico, enquanto que os outros são, no máximo, cronológicos.

“Ser histórico significa caracterizar-se pela situação de estar, não de ser. A provisoriedade processual é a marca básica da história, significando que as coisas nunca são definitivamente, mas estão em passagem, em transição.” (Demo, 1985, p.15)

Antônio Gramsci, em sua obra “Concepção Dialética da História” exemplifica o argumento apresentado acima da seguinte forma: “realidades históricas, de modo geral, nascem, crescem, amadurecem, envelhecem e morrem. Não acontece isso com uma pedra” (Gramsci apud Demo, 1985 p.16).

Um outro aspecto que merece referência é a identidade entre sujeito e objeto. Ao estudarmos a sociedade, estamos estudando a nós mesmos, ou algo que nos diz respeito socialmente. Segundo Demo, “ao contrário do estudo de uma pedra, que não possui uma identidade com o pesquisador, nas ciências sociais é possível uma transferência de posição, ou seja, o sujeito pode se imaginar objeto e nenhum objeto é totalmente estranho ou exterior do sujeito pesquisador” (Demo, 1985 p.16).

A pesquisa social apresenta também a característica de ser mais qualitativa do que quantitativa. Mas para Demo a diferença mais profunda está no caráter ideológico das ciências sociais. Apesar de considerar que a ideologia acomete qualquer ciência, a diferença é que nas naturais ela ocorre de forma extrínseca, no possível uso que se possa fazer dela. Seu objeto não é ideológico em si. “O objeto , porém, das ciências sociais é intrinsecamente ideológico, por que a ideologia está alojada em seu interior, inevitavelmente. Faz parte intrínseca do objeto. A finalidade básica, embora geralmente escondida, é convencer, é influenciar, é envolver.” (Demo, 1985, p.16)

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso. Para a sua realização foram utilizadas várias fontes bibliográficas, análise de documentação e entrevistas. Entrevistamos pessoas que tiveram um envolvimento considerável na organização de associações e cooperativas em Santo Cristo. São integrantes de diretorias, gerentes, funcionários e associados que viveram e vivem estas experiências. O critério para escolha dos entrevistados foi justamente o seu grau de envolvimento com estes dois modelos de organização, em diferentes períodos da história. As entrevistas foram orientadas por algumas perguntas norteadoras iguais para todos, acompanhadas de questionamentos livres formuladas de acordo com o diálogo estabelecido. Por se tratar, em parte, de um resgate histórico, a análise de alguns documentos trouxeram à pesquisa informações mais precisas sobre os objetivos e a forma de organização das cooperativas e associações no município de Santo Cristo. No entanto, é preciso destacar a escassez de registros existentes a esse respeito nos órgãos públicos locais, mesmo por que muitas destas entidades deixaram de existir há muitos anos e não se teve a preocupação em arquivar a documentação, fato que dificulta bastante um maior detalhamento no que se refere a datas, mas que acredita-se não será prejudicial, dado o enfoque específico na questão do conhecimento, e não apenas no resgate histórico. Embora que as datas tenham uma importância muito grande, a história não se resume a elas, sendo que são os acontecimentos e o seu contexto que de fato nos interessam quando enfatizamos o tema do associativismo e cooperativismo.

O estudo de caso é um dos vários modos de realizar uma pesquisa. Outros modos incluem experiências vividas, histórias, e a análise de informação de arquivo. Cada estratégia tem vantagens e desvantagens que dependem de três condições: 1) o tipo de foco da pesquisa; 2) o controle que o investigador tem sobre eventos comportamentais atuais; e 3) o enfoque no contemporâneo ao invés de fenômenos históricos.

Estudos de casos podem ser classificados de várias maneiras: explicativos, cognitivos, expositivos. O que iremos tratar neste trabalho é estudo de caso explicativo. “O método do Estudo de Caso é considerado um tipo de análise qualitativa” (GOODE & HATT, 1969). Este tem sido visto mais como um recurso pedagógico, do que um método de pesquisa propriamente dito. Ele tem tido um uso extensivo na pesquisa social, seja nas disciplinas tradicionais e para a elaboração de teses e dissertações nestas disciplinas.

O Método do Estudo de Caso é um método das Ciências Sociais e, como outras estratégias, tem as suas vantagens e desvantagens que devem ser analisadas à luz do tipo de problema e questões a serem respondidas, do controle possível ao investigador sobre o real evento comportamental e o foco na atualidade, em contraste com o caráter do método histórico. Um ponto comum entre vários autores pesquisados é a recomendação de grande cuidado ao se planejar a execução do estudo de caso para se fazer frente às críticas tradicionais que são feitas ao método.

O Método do Estudo de Caso *"... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado"* (GOODE & HATT, 1969, p.422). De outra forma, refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular. É uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Esta definição mais técnica nos ajuda a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade e o método experimental.

Para se definir o método a ser usado é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, este método é adequado para responder às questões "como" e "porque" que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

Este método é útil, especialmente quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre. O objetivo de um estudo de caso nas ciências sociais é compreender uma realidade nas suas sutilezas e pormenores, sem necessariamente ter preocupação em quantificações ou estatísticas, embora também sejam possíveis.

Robert Yin chama atenção para as habilidades exigidas na coleta de dados para um estudo de caso, afirmando que são mais exigentes, necessitando um pesquisador bem treinado e experiente para conduzi-lo devido a constante interação entre as questões teóricas que estão sendo estudadas e os dados que estão sendo coletados.

Na realidade, as exigências que um estudo de caso faz em relação ao intelecto, ao ego e às emoções de uma pessoa são muito maiores do que aqueles de qualquer outra estratégia de pesquisa. Isso ocorre por que os procedimentos de coleta de dados não são procedimentos que seguem uma rotina. No estudo de caso, há pouco espaço para assistente tradicional de pesquisa. (Yin,2004 p. 80)

No caso do estudo de Santo Cristo consideramos as organizações cooperativas como uma intervenção na realidade, que modificaram as características locais e provocaram uma nova condição que desperta interesse de uma aprofundamento maior, necessitando de um estudo de caso.

A eleição deste objeto de estudo não se deu por mero acaso, mas sobretudo por estarmos intimamente ligados com esta realidade e ter uma trajetória de vida e uma opção política de nos aprofundar neste tema, por considerar o associativismo e o cooperativismo como alternativas viáveis de inclusão social e superação de problemas originados do capitalismo, isto é, de uma economia cuja lógica é de acumulação do capital e não de remuneração do trabalho.

Dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro fizemos uma abordagem das questões teóricas, das conceituações dos principais termos em questão no estudo.

No segundo capítulo, caracterizamos o contexto e as especificidades da realidade pesquisada. Por ser um estudo de caso, é preciso que o contexto, no qual o caso ocorre, seja suficientemente descrito para uma caracterização mais completa da problemática investigada.

No terceiro capítulo, apresentamos as entrevistas e tecemos uma análise das experiências cooperativas existentes para observar as contribuições que delas decorrem para a construção social dos sujeitos nelas diretamente implicados, bem como seus reflexos na comunidade local.

Este trabalho de pesquisa insere-se no processo de estudo regional da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, numa tentativa de resgate da história do município de Santo Cristo a partir do foco do trabalho coletivo e da educação. É um tema da atualidade com suas raízes plantadas na história.

1 Reflexões sobre um estudo de caso

1.1 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento não é algo abstrato, mas que parte de práticas concretas, do enfrentamento das necessidades reais dos grupos sociais. Ele é um processo dinâmico em permanente transformação e construção e que não surge acabado. Ele se dá por etapas e estágios que parte de uma prática, teoriza e volta à prática repensada.

O conhecimento ganha concretude, pois ele se manifesta através das ações. É possível concluir que a ação do sujeito demonstra seu conhecimento sobre uma realidade. Diferente do saber, que é uma informação assimilada. Vygotsky traz importantes contribuições nesta perspectiva quando escreve que “o saber não tem valor em si, mas na medida em que há aplicabilidade na realidade social” (1989).

Já existe através da experiência histórica um saber elaborado, acumulado, que está a disposição para ser utilizado. Os grupos sociais podem tirar ensinamentos para rever ou para aprofundar sua prática. O conhecimento pode ter um caráter social.

Para abordar melhor a questão do conhecimento como uma construção social buscamos uma das maiores autoridades, senão a maior, em se tratando da construção social da mente, que é o russo L.S. Vygotsky. Ele nos escreve sobre a internalização das representações da realidade e semiótica.¹ Sua principal contribuição resultou de seus focos nos instrumentos psicológicos em oposição aos instrumentos técnicos. Seu interesse pelo complexo processo de semiose humana possibilitou-lhe trazer considerável sofisticação à tarefa de delinear o papel do sistema de signos, tal como a linguagem humana, no funcionamento inter e intramental. Para analisar a função mediadora presentes nos

¹ A **semiótica** (do grego *semeiotiké*, (arte) dos sinais, sintomas) é a ciência dos signos e da semiose, ou seja, do processo de significação na natureza e na cultura. A ciência é relativamente nova e teve como maiores expoentes o americano Charles S. Peirce e o suíço Ferdinand de Saussure. Os problemas concernentes à semiótica, também chamada semiologia (apesar de muitos teóricos diferenciarem os dois termos), podem retroceder a pensadores como Platão e Santo Agostinho, por exemplo. Entretanto, somente no início do século XX, com os trabalhos paralelos de Ferdinand de Saussure e C. S. Peirce, começa a adquirir estatuto de ciência e autonomia.

instrumentos elaborados para a realização da atividade humana, Vygotsky aproxima-se das idéias de Marx “que afirma que o desenvolvimento de habilidades e funções específicas do homem, assim como a origem da sociedade humana, são resultados do surgimento do trabalho” (Rego, 1998 p.51)

O trabalho é a forma que o ser humano possui para sua efetiva intervenção na realidade, ou seja, de efetiva ação no meio em que se vive. Mas para realizar este trabalho, o homem se utiliza de instrumentos que se configuram em provocadores de mudanças externas e ampliam a interação na natureza.

Para Vygotsky há uma distinção na orientação de atividades: os instrumentos são dirigidos “para fora” e os signos são dirigidos para “dentro”. Os instrumentos geralmente se caracterizam por sua finalidade e especificidade, enquanto que os signos na sua materialidade simbólica, são marcados por uma não-especificidade. Ele faz uma comparação entre a criação e a utilização de instrumentos como auxílio nas ações concretas e os signos que define como instrumentos psicológicos que auxiliam nas atividades psíquicas, ou seja, internas do indivíduo. “A invenção e o uso de signos auxiliares para solucionar um determinado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc) é análoga a invenção e o uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como instrumento da atividade psicológica, de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho. (Vygotsky apud Rego, 1998 p.52)

A tese de Vygotsky é de que as funções mentais são relações sociais internalizadas. Ele afirma que:

“este é o processo de desenvolvimento da personalidade. Assim, fica claro por que tudo que é interno nas funções superiores foi primeiro necessariamente externo. Esta é a chave para o problema do interno e externo. Para nós falar do processo externo significa falar do social. Qualquer função psicológica superior foi externa; isso significa que foi social; antes de se tornar uma função, foi primeiro uma relação social entre duas pessoas.” (Vygotsky 1929/89, p.56)

Ao fazer estas afirmações, Vygotsky muda o foco da análise psicológica: não é o que o indivíduo é, a priori, que explica seus modos de se relacionar com os outros, mas são as

relações sociais nas quais ele está envolvido que podem explicar seus modos de ser, de agir, de pensar, de relacionar-se. De fato, *“o indivíduo se desenvolve naquilo que ele é através daquilo que ele produz para os outros. Este é o processo de formação do indivíduo(...) na sua esfera particular, privada, os seres humanos retêm a função de interação social”* (Vygotsky, 1981, p. 162 e 164).

Para o pensador russo o ser humano modifica o meio e se modifica, torna-se outro. Como o nosso objetivo nesta pesquisa é fazer um estudo de caso, analisando as contribuições de uma realidade com forte desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo na formação da consciência das pessoas que conviveram e convivem neste meio, achamos imprescindíveis as idéias vygotskianas.

Entra em análise aqui a questão cultural. O meio cultural no qual o ser humano está imerso é determinante para o seu comportamento humano. *“A internalização de sistemas e signos produzidos culturalmente provoca mudanças cruciais no comportamento humano”* (Rego, 1998 p.55). Rego afirma que é por esta razão que Vygotsky afirma que os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura, através da mediação simbólica. Mas o escritor russo não pensa o cultural como algo pronto e estático ao qual o indivíduo se submete, mas como uma espécie de *“palco de negociações”*. Estudioso do desenvolvimento infantil, Vygotsky críticos fortemente os paradigmas botânicos e zoológicos na pesquisa psicológica para explicar o desenvolvimento infantil. Ele alerta para o risco de simplesmente se aceitar que todos os estágios de desenvolvimento já estão pré-determinados, esperando o momento adequado para emergir. Segundo Rego, para Vygotsky *“a maturação biológica é um fator secundário no desenvolvimento das formas complexas do comportamento humano pois estas dependem da interação da criança e de sua cultura”*. (Rego, 1998 p.57)

Ainda segundo Vygotsky, os fatores biológicos tem preponderância sobre os sociais somente no início da vida da criança, e aos poucos as interações com os seus grupos sociais e com os objetos de sua cultura passam a orientar o comportamento e o desenvolvimento de seu pensamento. Acreditamos que, com base nestas contribuições de Vygotsky fica evidente a importância do social na construção dos conhecimentos.

1.2 A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Etimologicamente, a palavra deriva do latim “educere” que significa extrair, tirar, conduzir para fora, desenvolver. Não faltam conceitos para caracterizar este fenômeno complexo da existência humana, e aqui buscamos alguns que corroboram a nossa linha de raciocínio neste estudo.

Existe uma relação muito próxima, e eu diria intrínseca entre o cooperativismo e a educação. Quando o primeiro surge como organização social, traz na sua idéia fundante uma preocupação muito forte com a formação, ou com o conhecimento. Nas primeiras cooperativas criadas, como a de Rochdale, em 1844, já aparece, inclusive de forma pioneira, esta característica. Somente para se ter uma idéia, a sociedade inglesa introduziu o ensino primário quatro décadas depois, ou seja, nos anos 80 do século XIX.

Segundo o teórico e cooperativista francês Charles Gide, a norma que aparece no artigo 1º do estatuto da 1ª Cooperativa como “regra de ouro da cooperação” declara:

“A educação cooperativa não é só um requisito prévio, é uma condição permanente da ação cooperativa e também um resultado desta ação” (Gide, segundo Burr, apud Schneider, 1991).

Gide enxerga, talvez de forma pioneira uma dupla relação entre a cooperação e educação e nos oferece um indício que nos permite traçar as linhas da pesquisa aqui em questão. A relação é dupla pois, ao mesmo tempo que a educação é necessária para qualificar a ação cooperativa e prepara o cooperativado aos novos desafios individuais e coletivos, a ação cooperativa também gera uma nova visão ampliada, um novo conhecimento, sendo portanto, um processo educativo. A educação não acontece apenas no antes, mas também e sobretudo no durante, na experiência.

Para Walter Frantz (2001 p.243), a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra.

Paulo Freire (1987, p.78), em sua Pedagogia do Oprimido, diz que “a educação se faz constantemente na práxis”. Para ser, tem que estar sendo. No processo cooperativo, o estar sendo tem um caráter insubstituível pois, apesar de sermos seres com características

cooperadoras, estamos em processo avançado de perda desta característica por força do modelo capitalista que privilegia o individualismo. O “estar sendo” de Paulo Freire é entendido neste caso o exercício de práticas cooperativas, ou, ser um sujeito cooperativo, e não apenas conhecer teorias, pois apesar delas exercerem um fascínio sobre as pessoas e serem importantes, não são aplicáveis de forma padronizada em diferentes realidades. Freire utiliza como palavra chave a palavra práxis que consiste na reflexão sobre a prática, seja ela anterior ou posterior. Anterior através do planejamento das ações e posterior com a avaliação do procedimento adotado.

Como já afirmava Paulo Freire “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Freire, 1987 p.78).

A cooperativa é um espaço de discussão, onde é franqueado ao associado o direito de se manifestar e decidir sobre os rumos a serem tomados, as medidas a serem adotadas. Constitui-se também em um espaço de contestação e argumentação sem as limitações dos dogmas ou das autoridades instituídas. Há uma liberdade de manifestação identificada por Freire com o concreto, o dia-a-dia.

“A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela como prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente aos homens.” (Freire, 1987 p. 77)

Freire fala de consciência de mundo, da busca do seu entendimento para poder nele atuar. O trabalho, a produção, é a forma de se manter neste mundo. Por isso o trabalho se constitui na preocupação central das pessoas. O mundo, pela ótica marxista, é empurrado pelas questões ligadas à produção da riqueza e ao trabalho.

Para ampliar nosso conceito sobre educação recorreremos também a outros autores que refletem sobre a questão. Um deles é Edgar Morin. Ele situa a educação sobre o prisma da consciência da complexidade presente em toda realidade. O subsídio de seu pensamento para a educação está na teoria e na prática do “tudo se liga a tudo” (Morin, apud Petraglia 2001 p.102) . Trata-se de uma mudança de mentalidade diante da compreensão do mundo.

Para Morin, (apud Petraglia 2001 p.82) “a educação, bem como a cultura são qualidades emergentes da interação entre os indivíduos que constituem uma sociedade”. Mas estas qualidades, segundo ele, não são observados somente no nível do todo, elas intervêm também no nível dos indivíduos e das partes.

Ele destaca muito o que chama de princípio hologramático:

“Uma parte não está somente dentro de um todo. O todo está também dentro da parte; o indivíduo não está dentro da sociedade, a sociedade, enquanto todo está dentro do indivíduo.” (Morin apud Petraglia, 2001, p. 83).

Ao dizer isto, Morin assegura que é impensável uma educação que não reflita aquilo que está no meio de convivência do indivíduo, pois este meio, ao manifestar toda sua complexidade, imprime inexoravelmente marcas profundas no sujeito.

Outro autor que traz importantes contribuições sobre educação é Carlos Rodrigues Brandão. Para ele, a educação é, como outros, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

“Não há um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas e mistérios do aprender”. (Brandão, 1995 p. 09)

Werner Jaeger, num estudo sobre a educação do homem grego, a define como manutenção e transmissão de sua forma particular de vida.

“ A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organização física e espiritual, ao conjunto das quais damos o nome de educação. Na educação, como o homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impele todas as espécies vivas a conservação e a propagação de seu tipo. É nela, porém, que esta força atinge o seu mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente e da vontade, dirigida para a consecução de um fim.” (Jaeger apud Brandão, 1995 p.15-16)

Nesta manifestação, Jaeger corrobora com a tese de Paulo Freire que aponta que a educação possui sempre uma finalidade, expressa no questionamento “educar para quê?”.

No contexto que apresentamos neste trabalho, dois aspectos aqui destacados certamente merecem uma ênfase especial. Um deles refere-se à questão da influência do meio na educação do sujeito, pois é fundamentalmente no espaço das relações sociais que ocorre a formação dos seres sociais. O outro é a idéia da transmissão, do legado de experiências que vem- se revigorando e repetindo ao longo da história, como as organizações associativas e cooperativas. Observa-se aqui que estas duas formas de organização social deixam marcas profundas na comunidade sendo utilizados freqüentemente quando busca-se a melhoria da qualidade de vida e a solução de desafios.

1.3 O PRINCÍPIO DA DÚVIDA

A palavra “dúvida” tem sua origem do latim *dubitare* e apresenta como sinônimos hesitar, vacilar, ser céptico e desconfiar. Talvez seja desnecessário apontar, mas abordaremos aqui a dúvida não como mera desconfiança, mas sim como a antítese da certeza, como algo em construção, sem um resultado pronto. Buscamos no latim algumas frases que podem elucidar a importância da dúvida como elemento de afirmação do sujeito e como elemento pedagógico:

Dubia plus torquent quam mala - As incertezas nos atormentam mais que os males.

Dubitando ad veritatem pervenimus - Levantando dúvidas, chegamos à verdade. *Quem duvida mais aprende. Da discussão nasce a luz.*

Dubito, ergo sum, vel, quod idem est, cogito, ergo sum - Duvido, logo existo, ou, o que é a mesma coisa, penso, logo existo.

.Dubium sapientiae initium - A dúvida é o começo da sabedoria. *Quem mais duvida mais aprende. De nada duvida quem nada sabe.*

Pensamos que a dúvida é um elemento constitutivo do sujeito consciente. Ela nos assusta, nos mete medo. Mas ao mesmo tempo é combustível que nos impulsiona para a busca. A Humanidade busca tanto as certezas que poucas vezes avalia a importância da dúvida. Especialmente nas últimas décadas do século XX, parece-nos cada vez mais que as certezas estão perdendo espaço, a partir do rápido desenvolvimento científico e cultural.

Para Gadotti, a dúvida é elemento indispensável para a tomada de consciência:

“Na dúvida opera-se a passagem à consciência crítica ou simplesmente à consciência, que significa que eu renuncio a me submeter ao julgamento de outrem, a toda autoridade exterior, qualquer que seja o seu valor”. (Gadotti, 1995 p. 42)

As organizações associativas e cooperativas são espaços onde as ideologias e os dogmas não são condicionantes a tal ponto de subjugar passivamente seus participantes, abrindo a possibilidade da existência da dúvida e da sua aceitação para fins de debate que é fundamental para a tomada de consciência.

A dúvida predispõe um conhecimento mínimo sobre determinado tema. Não podemos duvidar daquilo que ignoramos por completo. Ela só se instala onde já há um saber, que é incompleto e em construção. Sabemos que uma das características que nos diferencia como humanos dos demais seres vivos é justamente a capacidade de pensar, de planejar, de refletir sobre as nossas ações. Para Gadotti, a dúvida “revela e atesta o momento em que surge a pessoa, em que descubro que existir deve tornar-se meu negócio e que ninguém pode nem deve me desobrigar dessa tarefa.” (1995 p. 41)

Portanto a dúvida opera uma mudança completa nos seres humanos. Ela nos remete a nossa própria existência pois nos tira do campo das certezas e provoca um repensar nos nossos próprios dogmas e ideologias internas e possibilita a construção de um pensamento próprio, mais independente das ingerências externas, sem desconsiderá-las obviamente. Desta forma, os espaços onde a dúvida é possível existir, são também espaços onde a mudança é possível. E os espaços de organização coletiva do trabalho tem se constituído com esta característica, ou seja, onde é possível a incerteza e ela marcou fortemente a trajetória das entidades que se constituíram em Santo Cristo.

Gadotti revela, portanto, a ação libertadora que a dúvida opera nos seres humanos. Nos espaços coletivos de organização em foco neste trabalho de pesquisa, esse é um aspecto que ganha um valor especial, como poderemos perceber no terceiro capítulo.

1.4 O ASSOCIATIVISMO

Juridicamente, define-se uma associação como uma união organizada de pessoas ou de grupos sociais em torno de um objetivo comum. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Sua coesão depende de normas de procedimentos reconhecidos e aceitos pelo indivíduo que participa desta união.

Uma associação geralmente funciona na forma jurídica de Sociedade Civil, e ao contrário de uma cooperativa, não tem número mínimo de associados.

Para Frantz, por ser o associativismo um movimento que contém uma relação de indivíduos com interesses comuns, ele gera uma relação de causa e efeito sobre o desenvolvimento local² (Frantz, 2003 p.5). E por falar neste aspecto, pensamos que é no âmbito local, das proximidades, da comunidade que o associativismo ganha maior sentido e vivência, uma vez que o contato entre os indivíduos é importante para o bom funcionamento da entidade, a fim de atender as demandas a que se propõe.

Olhando sob o prisma da aproximação entre sujeitos, da identidade, solidariedade, colaboração e da cooperação, o fenômeno da associação pode se estender do campo das idéias até as práticas, sejam elas, da cultura, da política ou da economia. Segundo Frantz, no conceito de associação está implícita a idéia de movimento em direção ao outro carregado de intenções de quem se movimenta, pois a intenção vai em direção ao outro, pela comunicação. (Frantz, 2003 p.5)

O associativismo, enquanto forma de organização social, é anterior ao cooperativismo. Os primeiros registros remontam ao período transitório do modelo de produção feudal para o modelo de produção capitalista na Europa, a partir do século XIII. Neste momento, a organização de comerciantes e de artesãos permitiu o surgimento de pequenas vilas denominados “burgos”, que deram início ao renascimento comercial e urbano do final da Idade Média. Tal organização se tornava necessária devido ao fato de que a área para instalação dos burgos necessitava ser adquirida ou conquistada à força junto ao senhor feudal e a junção de forças era a única possibilidade de avanço. Surgem aí as chamadas confrarias que posteriormente também vão servir para o estabelecimento das primeiras regras de comércio e de organização do trabalho.

Com o advento do liberalismo econômico, a formação de associações enfrentou proibições até fins do século XIX, que visava o fim das antigas regulamentações corporativas, em face a liberdade do trabalho, da indústria, do contrato e da propriedade individual. A lei de Chapelier, de 1791 e o Código Penal promulgado por Napoleão proibiam a formação de associações patrimoniais e operárias, exemplo seguido por outros países como Espanha e Itália.

A revolução operada na estrutura social pelo capitalismo industrial levou ao estabelecimento da fiscalização estatal nas relações de trabalho, permitindo-se a constituição

² Entendemos o desenvolvimento não somente como crescimento econômico, mas também como crescimento

de sindicatos e associações operárias e patronais. As legislações trabalhistas passaram a regulamentar as condições em que podiam operar as associações profissionais.

O reconhecimento oficial das “*trade unions*” (associações mercantis) em 1824 foi um passo decisivo para a introdução em todo mundo das associações de trabalhadores e para a ruptura com as restrições impostas a seu funcionamento. Com o movimento dos pioneiros do cooperativismo, em 1831, um novo tipo de associação produtiva viria a possibilitar o seu reagrupamento.

No Brasil, a prática do associativismo começa a partir da abertura dos portos as nações amigas (lê-se Inglaterra) logo após a chegada da Família Real a sua colônia mais abastada fugindo do expansionismo da França comandado por Napoleão Bonaparte. Em 1808 começaram a surgir as primeiras sociedades mercantis autorizadas pelo governo.

A Consolidação das Leis do Trabalho, decretada em 1943, torna lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais de todos os que quisesse fazê-lo. Ilse Scherer, em seu estudo sobre o associativismo no Rio Grande do Sul afirma que inicialmente, no século XIX, essa forma de organização era um movimento de cúpula. (Scherer, 1972 p.48)

É natural que, como o país era eminentemente agrícola, esta forma de organização ganhasse bastante repercussão no meio rural. É o caso do Rio Grande do Sul onde, segundo Scherer (1972 p.48) o movimento do associativismo rural nasceu como “um movimento de elite e só muito lentamente foi se às bases dos associados”. As lideranças representavam os pecuaristas e grandes agricultores e foi este o único segmento social com condições objetivas de se unir em associações classistas, a partir do final do século XIX e mais destacadamente na década de 1920, quando em 1927 é criada a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL).

Scherer afirma também que o “associativismo surge no Estado impulsionado pela ameaça da decadência da pecuária e torna possível a recuperação da hegemonia econômica pelos pecuaristas, sendo que a hegemonia política continuava em suas mãos. Esse desenvolvimento do associativismo dava-se na forma de aliança do poder civil com o poder público.(Scherer, 1972, p.49)

Entre os colonizadores europeus que chegam ao RS a partir de 1824, na prática o associativismo foi muito utilizada na perspectiva da execução de tarefas, utilização de instalações, e é uma das tradições trazidas da Europa. No entanto, na forma da lei, devido a sua inexpressividade política decorrente das condições estruturais com as quais se defrontaram, houve dificuldades na sua organização no início deste século.

Entre os imigrantes alemães, cujos descendentes foram os colonizadores de Santo Cristo, o associativismo já tinha um significado muito mais profundo no campo ideológico. Trata-se do incentivo através da Doutrina Social da Igreja Católica alemã, de uma forma de estancar o liberalismo econômico e ao mesmo tempo evitar a proliferação de idéias revolucionárias socialistas e anti-cristãs.³

Somente a partir da década de 1930 (Scherer, 1972 p.50) o associativismo começa a se desenvolver com mais força entre os pequenos proprietários rurais e também dentro dos aspectos legais no Estado.

Atualmente o associativismo atua nos mais diversos setores da sociedade, expandindo-se para os setores da produção, comercialização, industrialização e mais recentemente para a prestação de serviços, contribuindo para o desenvolvimento e oportunizando mercado de trabalho a milhares de pessoas, embora muitas vezes fora dos parâmetros da legislação trabalhista. Dinâmico, o associativismo vai se adequando as novas realidades impostas por uma economia globalizada neo-liberal e é utilizada como válvula de escape para o crescente desemprego estrutural que emana desta nova ordem econômica.

1.5 O COOPERATIVISMO

Pode se afirmar que a cooperação existe desde os primeiros tempos, onde o homem tem procurado formas de se associar para resolver seus problemas. Buscava-se a cooperação para a caça, a pesca, a colheita, na defesa pessoal, na produção, na construção de casas, nas trocas de produtos entre outras demandas.

No entanto, o cooperativismo, como nós o conhecemos, começa a ganhar forma a partir dos pensadores do socialismo utópico, da ação de trabalhadores que se organizaram em

³ Abordaremos melhor este assunto no segundo capítulo.

experiências cooperativas, inicialmente na Europa e, inclusive por ações de alguns prefeitos daquele continente.

“Com base nas experiências sucessivas de ajuda mútua nas relações de trabalho, o pensamento cooperativo foi sendo aos poucos elaborado. Dentre estes precursores estão os chamados “socialistas utópicos” sobre tudo franceses e ingleses. Impregnados pelas idéias de justiça e fraternidade buscavam melhorar o meio socioeconômico, através de organizações sociais que consideravam eqüitativas. Em resumo, os socialistas utópicos buscavam imaginar e criar uma sociedade mais justa, por meio de associações voluntárias de modificações na organização da produção industrial ou na modificação no regime de trocas” (Singer apud Veiga & Fonseca, 2001 p.22)

Talvez para iniciar a conceituação do que é cooperativismo, seja necessário primeiro falar sobre o que ele não é. Fala-se muito em doutrina cooperativista. Todavia isto traz um perigo, pois quem pensa em termos doutrinários pensa que pensa, mas não pensa, não analisa, não cria e nunca será um indivíduo renovador, só ficará reafirmando dogmas. Doutrina é um conjunto de idéias que se aprende e se transmite sem discussão para justificar uma prática.

Transformar uma experiência vivida em uma determinada época em doutrina é fossilizar a experiência vivida. O fóssil imobiliza o que foi vida. Outra coisa bem diferente é ter valores morais e éticos, princípios e uma filosofia humanista e solidária. Apesar de existir há quase dois séculos, o cooperativismo não produziu uma receita pronta para sua implantação, pois é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia. Esta filosofia baseia-se nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho alheio, no trabalho e não no lucro, na ajuda mútua e não na concorrência e competição. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano, no sentido etimológico da palavra, nas dimensões social, econômica e cultural. Preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, com o seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade igualitária, eqüitativa, democrática e sustentável.

O cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas traz em si o germe

da contestação deste sistema. O ideal cooperativista se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia.

O cooperativismo procura proteger a economia dos cooperativados e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível nos frutos da atividade econômica. Constitui-se, portanto, numa forma diferente de pensar e realizar os trabalho e organizar a economia.

“O cooperativismo é um sistema de idéias, valores e de forma de organização da produção de bens de serviço e de consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas” (Veiga e Fonseca, 2001 p.18)

O cooperativismo não pode fechar-se em torno de si mesmo. Ele, como sistema, e as cooperativas como unidades econômicas e espaços de convívio e de transformação dos seus integrantes, deveriam sempre estar articulados com as questões globais, nacionais e locais. Especialmente nas questões locais, pois é no município que acontece a vida das pessoas e onde o cidadão normalmente encontra as suas primeiras lições de cidadania.

Mas o cooperativismo pode tanto ser um instrumento de emancipação dos trabalhadores, como também de aumento de sua dependência. Basta lembrar que não é exclusividade da classe trabalhadora utilizar-se da cooperação. Temos que, portanto, observar sempre a base econômica e sua realidade ideológica e política.

“As pessoas esperam encontrar no cooperativismo um instrumento de organização e poder em defesa de suas necessidades e de seus interesses. A relação associativa dos agricultores entre si, através da cooperação, de alguma maneira, sempre apareceu como um elemento importante de organização da sua economia” (Frantz, 2002 p.32).

E ao longo do curso da história tem, de fato, conseguido atender a esta expectativa, tanto que persiste e se renova constantemente.

1.6 O QUE É UMA COOPERATIVA

A cooperativa é a manifestação material e institucional do cooperativismo e o espaço onde o ato de cooperar é institucionalizado.

“Podemos definir uma cooperativa como sendo uma associação voluntária de, no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, que para tanto contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio de aquisição de quotas-partes e aceita assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. É regida pelo princípio democrático de cada pessoa um voto. Os excedentes ou sobras são distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado” (Veiga e Fonseca, 2001 p. 41).

A Lei cooperativista 5.764, de 16/12/71 define a cooperativa como:” uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil , não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados.

A partir destas duas definições, podemos observar três características básicas inerentes a uma cooperativa: a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas. Toda definição de cooperativa tem três elementos fundamentais: é uma sociedade de pessoas, tem gestão democrática e seus riscos e benefícios devem ser der assumidos e distribuídos pelos cooperados. O desafio é fazer com que os três se realizem no cotidiano. O cerne da questão é como ter uma gestão cooperativa que permita que o agente da transformação, que é a democracia interna, não se torne um gargalo para a eficiência necessária para enfrentar o mercado, cada vez mais voraz e rápido.

Caracteriza-se a cooperativa por ter uma dupla natureza: é uma entidade social, ou seja, é um empreendimento financiando, administrado e controlado coletivamente a serviço de seus associados, e ao mesmo tempo, uma empresa, que precisa estar voltada ao mercado e ser eficiente, sem se perder na disputa do mercado capitalista, e ser eficiente nas relações intercooperativas. Conseguir o equilíbrio entre estas duas naturezas é um dos fatores essenciais do sucesso.

Para Veiga e Fonseca (2001 p.42), esta dupla natureza provoca *“uma eterna discussão teórica e prática que se reflete em uma grande contradição empresarial das cooperativas: distribuir resultados aos associados ou acumular para o crescimento.”* É relevante destacar aqui que precisa estar bem claro aos cooperados quais os objetivos e qual a visão de futuro da

cooperativa, para que, no momento de deliberar sobre o tema em assembléia, possa haver o máximo de consenso possível.

Os sete principais princípios do cooperativismo são:

Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

1 - Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2 - Gestão democrática e livre - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

3 - Participação econômica dos membros - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

1 - Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível.

2 - Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa.

3 - Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4 - Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5 - Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que

estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6 - Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais -força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7 - Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros (Cadernos Cedope, nº 12, 1994).

Podemos destacar aqui, como já nos referimos anteriormente, que a educação não somente aparece como um dos princípios do cooperativismo, mas está implícito em todos eles, pois para o seu efetivo funcionamento dentro dos princípios propostos, uma cooperativa necessita de um quadro de associados conscientes do seu papel individual, e do papel do grupo.

1.7 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo, nos países capitalistas, surgiu da busca de formas concretas de superar a exploração e a opressão inerentes ao trabalho assalariado. As cooperativas visavam ser espaços em que os consumidores ou os trabalhadores conjugam esforços e recursos, seja para reduzir os preços e garantir uma distribuição mais igualitária dos produtos de consumo, seja para produzir em conjunto bens e serviços, sendo ao mesmo tempo empreendedores, proprietários, gestores e trabalhadores. Em sua trajetória, o cooperativismo adotou diferentes formas nos diversos países e regiões do mundo. Quase sempre caracterizou-se como um movimento atomizado e como reação dos consumidores aos efeitos nocivos do liberalismo econômico.

Os primeiros registros de cooperativas a que tive acesso datam de 1760, quando trabalhadores organizaram um moinho para fugir do monopólio dos moleiros sobre a farinha nas cidades inglesas de Woolchwick e Chatham. Da Escócia temos os registros da duas mais antigas cooperativas de consumo, sendo uma fundada em 1769 e outra em 1777.

Na cidade de Paris, havia em 1823, cerca de 160 associações de ajuda mútua que possuíam aproximadamente 12 mil membros e foram os embriões que deram origem as cooperativas operárias de produção.

Mas é na Inglaterra que os registros apontam o surgimento da primeira cooperativa moderna, em 1844 em Rochdale, Manchester, onde 28 trabalhadores(as) de ofícios modestos, na maioria tecelões, pois a região era um importante centro têxtil, organizaram-se em cooperativa de consumo para adquirir gêneros de primeira necessidade. O resultado foi a conquista de um melhor preço na compra. Naquele contexto de capitalismo concorrencial e de opressão dos trabalhadores, essa cooperativa de consumo significou uma reação de defesa econômica dos trabalhadores.

A experiência de Rochdale se desenvolveu rapidamente e em 1879 já possuía 10.427 associados. Seus pioneiros desenvolveram diversas outras cooperativas, como a de habitação e vários outros produtos e abriram várias filias da cooperativa de consumo. A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação as oportunidades e aos riscos da economia de mercado, sem abrir mão dos princípios cooperativistas, que foram elaborados conjuntamente com todos os trabalhadores participantes, fato que lhe confere uma diferenciação das demais experiências do período. Foi exatamente a harmonização destes fatores que possibilitou seu crescimento, tornando-a um modelo das cooperativas futuras.

Um outro aspecto importante da experiência de Rochdale, que dialoga e colabora com a hipótese trabalhada neste trabalho, é a vontade dos seus pioneiros desde o início do empreendimento, de cuidar de seu próprio aperfeiçoamento moral e intelectual. A ênfase que o cooperativismo dá à educação se apóia na crença de que cada ser humano tem enormes potencialidades e o direito de desenvolvê-las ao máximo. Cada pessoa é um centro gerador de desenvolvimento de si mesma e das coletividades a que pertence. A inovação de Rochdale não está em formular novos princípios para o cooperativismo, mas colocá-los efetivamente em prática, conseguindo operar no mercado com eficiência, trazendo benefícios reais aos seus associados.

A sociedade prosperava economicamente funcionando de forma democrática e participativa e exercendo sua função social, fato que representou uma reação à ganância capitalista, que submetia crianças e mulheres a uma jornada de trabalho de até 16 horas. O êxito desta experiência tornou-se uma referência para outros grupos. As cooperativas de

consumo multiplicaram-se pela Europa de forma tão intensa que em 1881 já existiam cerca de mil sociedades e 550 mil associados.

Atualmente, um em cada seis pessoas está de alguma maneira ligada ao movimento cooperativista, número que nos mostra com clareza que o cooperativismo é o movimento socioeconômico mais importante do mundo. A contribuição das cooperativas pode ser vista nos seguintes exemplos: metade da produção de açúcar da Índia vem das cooperativas; o segundo lugar do mundo em crédito agrícola vem das cooperativas da França; a maior parte dos bens essenciais é escoada por cooperativas agrícolas nos países africanos; entre os 50 maiores sistemas bancários do mundo, quatro são cooperativos (França, Alemanha, Países Baixos e Japão); no Canadá, uma em cada três pessoas é membro de alguma cooperativa; nos EUA a eletrificação rural chegou através das cooperativas, e hoje o país possui 13 mil cooperativas de crédito com mais de 70 milhões de cooperados, constituindo o sistema mais dinâmico do mundo.

No Brasil o desenvolvimento do cooperativismo apresenta alguns períodos marcantes. Por volta de 1880 o país passava por grandes transformações com a abolição da escravidão, a proclamação da república, a chegada das idéias socialistas, etc. Isso tudo gerou um campo fértil para os idealistas sociais, cada um buscando a sua preferência nas oportunidades de debate buscando soluções no campo social. O cooperativismo também passou a fazer parte desta agenda de discussões.

As primeiras cooperativas fundadas no Brasil datam deste período, mais especificamente de 1887, na cidade de Campinas, a Companhia de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista. Em 1889 foi a vez da cooperativa de consumo de Ouro Preto (MG) e a sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Em 1891, em Limeira (SP), a Cooperativa da Companhia Telefônica, e, em 1894, no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Militares.

Já o cooperativismo de crédito iniciou aqui no Rio Grande do Sul numa iniciativa dos produtores de vinho de Nova Petrópolis. Foi o padre jesuíta suíço, Theodor Amstad, que lançou a idéias de organizar uma caixa de crédito rural nos moldes das Caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Raiffeisen, prefeito de uma pequena cidade alemã. O Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo – existe até hoje, inclusive com agência em Santo Cristo.

Até 1930, o cooperativismo no Brasil caminhava a passos lentos. O governo, apesar de reconhecer a utilidade das cooperativas, não as distinguiu na forma jurídica das outras entidades. A revolução de 1930 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional. A promulgação do Decreto 22.239 de Getúlio Vargas deu amplas liberdades para a constituição e o funcionamento de cooperativas no Brasil, pois apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista. Esse decreto foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943, foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais.

Após a 2ª Guerra Mundial a falta de alimentos na Europa possibilitou o desenvolvimento de cooperativas agrícolas com o restabelecimento do comércio internacional. Houve incentivos materiais e fiscais por parte do governo às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativista (BNCC) extinto pelo governo Collor.

No ano de 1960, o cooperativismo de consumo brasileiro sofreu um duro repuxo com a entrada dos grandes supermercados, a volta da cobrança do ICMS e a supressão de outras isenções tributárias, e a inflação. Não sabendo fazer frente a esta nova realidade, sofreu um impacto drástico que resultou numa significativa diminuição das cooperativas de 2.240 em 1960 para 292 em 1984. As medidas governamentais partiram do governo militar que assumiu em 1964, após o golpe e submeteu o cooperativismo a um centralismo estatal, perdendo incentivos e liberdades conquistadas. Em 1966, houve a reforma bancária, o que levou ao fechamento de muitas cooperativas de crédito.

Em 1971, no governo Médici, veio o Decreto Lei nº 5.764, que regula até hoje as cooperativas. Na constituição de 1988, ficou vedada a participação do Estado nas cooperativas, e definida a autogestão. A legislação em vigor (Lei 5.764/71) contraria a própria constituição em vários aspectos. Para solucionar estes equívocos, estão em tramitação no Congresso Nacional vários projetos de lei que visam modernizar o cooperativismo e consolidar a autogestão.

Atualmente o cooperativismo vive uma fase de considerável desenvolvimento no Brasil. Existem inúmeras iniciativas voltadas para a construção de cooperativas

autogestionárias, que realizam intercâmbios solidários e se esforçam para a construção de redes de economia solidária. Os números oficiais, segundo o Núcleo de Dados da OCB, mostram que em todo país existiam em 2001, 6.094 cooperativas, envolvendo 4.639.255 e empregando 167.812 pessoas. Os setores do trabalho, com 1916, agropecuário com 1461, crédito com 975, saúde com 765, são onde as cooperativas existem em maior número. Mas é no setor de consumo que se concentram o maior número de cooperativados com 1.466.513 cooperados ligados a apenas 187 cooperativas, seguido do setor de crédito com 1.041.613 cooperativados.

O cooperativismo tem o maior número de adeptos, pela ordem, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina Rio de Janeiro e Paraná.

1.8 RELAÇÃO ENTRE COOPERATIVISMO E EDUCAÇÃO

Ao escrever sobre cooperativismo e educação, tenho consciência de não estar abordando o tema de forma pioneira. Muito já se escreveu sobre estes dois temas e suas relações. Temos, portanto, um longo caminho já percorrido. O que pretendemos desenvolver neste estudo de caso não é a reconstrução da trajetória da relação entre cooperativismo e educação, mas fazer uma análise da sua relação intrínseca, mais precisamente da influência do primeiro sobre o outro em Santo Cristo.

O cooperativismo é uma caminhada. Coletiva e constante. Uma caminhada com motivações, perspectivas e por que não dizer, utopia!⁴

Em toda caminhada existem objetivos, princípios e um mínimo de consensos. Em toda caminhada há os pioneiros, os que puxam a frente, os que divergem sobre o rumo a ser tomado, os que desistem, os que a ela se agregam, os que doam até a alma e, os que apenas acompanham. Mas são as diferentes formas de perceber e participar da caminhada que dão origem a um pensar sobre ela.

⁴ do Gr. *ou*, não + *tópos*, lugar, lugar que não existe; país ideal em que tudo estaria organizado da melhor forma para a felicidade completa da população (tal como foi idealizado por Thomas More e outros utopistas); projeção de um futuro ideal;

Os caminhos até aqui trilhados pelo cooperativismo são largos e cheios de experiências. E neles também cruzam outras experiências.

Se olharmos para nossa história, podemos estabelecer algumas relações com caminhos que trouxeram a reboque grandes alterações do meio em que cortaram. Por exemplo, os comerciantes da Idade Média europeia tinham os seus trajetos que percorriam ao longo dos feudos para efetuar as suas parcas transações econômicas. As poucos, nestes trajetos, principalmente em seus cruzamentos foram se formando pequenos vilarejos servindo de entrepostos comerciais, dando origem ao renascimento urbano.

Trago de forma rápida e sintética esta experiência para analisar a importância de um caminho e de quem o faz para uma determinada realidade. Como os comerciantes medievais, os caminhos trilhados pelo cooperativismo, obviamente não somente físicos, também deixaram e continuam deixando um grande legado. Não podemos estudar realidades sem levar em conta os caminhos que o cooperativismo construiu nelas.

Ao fazer esta observação, não se pretende menosprezar outros aspectos de análise de uma realidade, para angariar um status a esta hipótese aqui desenvolvida, mas possibilitar ao leitor, com o qual nos sentimos num diálogo tácito, perceber a importância do cooperativismo para a realidade ora em questão, que é o município de Santo Cristo.

O sociólogo Antônio Cândido traz uma contribuição a esta análise ao afirmar que:

O sociólogo, a pretexto de buscar o geral, fareja por toda a parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, a cada momento. Desce ao pormenor, buscando a riqueza e singularidade um corretivo a visão pelas médias, daí o apego ao qualitativo (Cândido, 2003 p.24).

O qualitativo que pretendo analisar aqui é a contribuição do cooperativismo para a formação das características do lugar.

Concebo esta função central pelo fato da cooperativa, embora tenha outras modalidades, no nosso caso trabalha com algo muito próximo às pessoas que são os seus meios de subsistência. Trata ela das necessidades das pessoas.

Neste aspecto das necessidades, Candido traz novamente uma grande contribuição à nossa análise.

Essas necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos de uma sociedade. De tal modo a poderemos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos e os recursos de que dispõe, para satisfazê-las. O equilíbrio social depende, em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. (Cândido , 2003 p.29)

Lia Tiriba traz importantes contribuições neste debate, afirmando que “em última instância, o que vai determinar que o trabalhador opte por permanecer associado ou não é o grau de viabilidade econômica do empreendimento popular, ou seja, a sua capacidade de fornecer, de forma estável os meios para a satisfação das necessidades básicas dos seus integrantes.”(Tiriba, 2001. p.284).

O fazer esta afirmação, Tiriba evidencia o aspecto pragmático do cooperativismo, enfatizando que o que mantém o associado em uma organização associativa ou cooperativa não é o discurso ou o idealismo, mas os resultados práticos.

Para Walter Franz,(2002 p.34) as organizações cooperativas são lugares de educação não apenas por que nelas se promove a atividade educativa com vistas a capacitação para a cooperação, mas por que nos diferentes espaços da organização cooperativa, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem. Ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, a organização cooperativa desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida.

2 Caracterização da realidade pesquisada

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO CRISTO

Para se realizar um estudo de caso é preciso, antes de mais nada caracterizar o que há de específico na realidade que se pretende estudar. Este foi nosso primeiro desafio. Demarcar as diferenças que a realidade escolhida, no município de Santo Cristo, possui em relação às demais. Para tanto nos reportamos ao início da colonização do município que se deu nos primeiros anos do século XX. Dentre os colonizadores predomina amplamente uma combinação de fatores que merecerá nossa atenção especial. Trata-se de alemães católicos descendentes de imigrantes originários da região do Hunsrueck na Alemanha.

Uma das questões de investigação que se coloca neste estudo de caso é: o que as pessoas originárias desta combinação pensam sobre o cooperativismo? Como este pensamento influenciou a construção da sociedade e está presente hoje? Quais as raízes desse pensamento?

É preciso iniciar caracterizar bem cada aspecto desta combinação e para tanto buscamos dados da origem histórico-culturais destes imigrantes que deixaram a Alemanha na primeira metade do século XIX. Para contribuir neste entendimento buscamos um trabalho qualificado e ilustrativo de Lúcio Kreutz.

A quase totalidade dos colonizadores brancos de Santo Cristo são de origem alemã. Mas um número reduzido deles veio diretamente da Alemanha. Os demais são descendentes de imigrantes que haviam se estabelecido no início da colonização alemã no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, na Região de São Leopoldo, conhecida como Colônia Velha. Os que vieram para a Santo Cristo eram majoritariamente descendentes de emigrados da região alemã do Hunsrueck. Essa região alemã é fortemente caracterizada pela pequena propriedade rural, como explica Kreutz.

... Aí se situa o Hunsrueck, uma região montanhosa, sub-dividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica já milenar. Formaram-se aí comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários, com acentuada integração religiosa, social e cultural.

Segundo Marx, é esta uma herança direta da “comunidade germânica antiga”.
(Kreutz, 1991, p.18)

Com uma tradição de famílias muito numerosas, o filho homem, quando adulto rumava em busca de uma nova terra para se estabelecer. Acostumados a esta realidade e sem condições de obter novas terras nas colônias velhas, os colonos, entre a possibilidade de sair em busca de novas áreas e mudar sua forma de vida, preferiram a primeira, pois habitava sua mente a idéia de que uma pequena propriedade agrícola permite liberdade individual e familiar, uma vida mais ao ritmo da natureza e maior garantia de sobrevivência. Essa idéia tem sua raiz numa tradição alimentada pela Igreja Católica na Alemanha, que lutava por uma ordem religiosa, monárquica e aristocrática, sob o signo da propriedade individual

A Europa toda, mas de forma muito peculiar a Alemanha, na virada do século XVIII para o XIX, viveu uma fase de profundas mudanças que mexeram na estrutura social de seu povo por conta de dois movimentos que sacudiam a ordem estabelecida durante séculos. Um deles é a Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero no início do século XVI, que colocou em questionamento a Igreja Católica e a outra era a Revolução Francesa de 1789 que introduziu o liberalismo burguês e derrubou a monarquia. Segundo Marx, estabeleceu-se na Alemanha uma crescente polarização de forças conservadoras versus progressistas. Esta polarização foi diferenciada de região para região. Nos espaços urbanos, o operariado era mais propenso a idéias e pensamentos progressistas, enquanto as áreas onde predominavam as propriedades rurais eram mais conservadoras. Marx, após um estudo desta polarização na Alemanha e na França, defendeu a tese de que o regime de produção em pequena propriedade agrícola, formando comunidades rurais, tendia a condicionar para uma concepção tradicional e reacionária de homem e mundo. Marx também aponta a relação entre a religiosidade e a dependência das forças naturais e a submissão à autoridade que os protegia de cima. “O céu era um acréscimo bastante agradável à estreita faixa de terra adquirida, tanto mais quando dele dependiam as condições meteorológicas” (Marx, 1979, p.119)

A região que nos interessa neste estudo, conforme caracterização anterior, encaixa-se no perfil de conservadora. Enquanto a Igreja Católica perdia as massas operárias, que sentiam na carne a inadequação de suas propostas para uma nova realidade econômica em formação, a região do Hunsrück “constituía um dos melhores celeiros vocacionais” (Kreutz, 1991) numa

realidade que caminhava ao ritmo da natureza e num clima de cristandade ainda típico da Idade Média.

O Pe. Pedro Gasper, um dos iniciadores do projeto católico no RS nos revela as iniciativas da Igreja católica no campo social, fomentando um amplo associativismo, tendo por objetivo opor uma barreira ao avanço do liberalismo laico. Essa posição da Igreja se enquadra dentro dos parâmetros do Romantismo Conservador na tese comum de que a Igreja Católica deveria ser o modelo para toda sociedade como único meio para superar os males advindos da Reforma e do Liberalismo burguês (Kreutz, 1991 p.55).

Para tanto os cuidados eram grandes e iam desde a organização física das colônias até a preocupação com a educação dos filhos dos colonos.

“Para organização física recorreu-se a uma experiência européia secular quanto ao estilo de nucleação. As formas variavam, mas a mais consagrada foi a espinha de peixe, onde, a um travessão central se ligavam transversalmente os lotes, sendo que normalmente o travessão era planejado ao longo dos cursos da água.” (Kreutz, 1991, p.55).

Esses núcleos coloniais podiam ser denominados de linhas, picadas, ou comunidades e geralmente eram compostos por aproximadamente 130 famílias. Sua rede era de tal forma disposta para que os mais distantes não tivessem que percorrer mais de 4 km, distância viável para ser percorrida diariamente pelas crianças em idade escolar. Previa-se a participação de todos na igreja, na escola e associações, inclusive com trabalhos concretos, sem marginalização.

Esta conjuntura criou um ambiente favorável para o crescimento de meios de integração econômica e social através do associativismo e cooperativismo para conter o liberalismo, bem como surge a necessidade de educação, primeiramente religiosa, mas também acrescida de conhecimentos básicos. A formação de uma comunidade religiosa vinha sempre acompanhada da instalação de uma escola. Desde os primórdios da colonização os imigrantes teutos zelavam por uma escola. Esta tradição surgiu lá na Alemanha. O alemão Hans Joerg demonstra que o desenvolvimento inicial da questão escolar na região do Hunsrueck tem ligação com o protestantismo, que promovia a alfabetização por motivos religiosos em Kreuznach, uma região vizinha. (Kreutz, 1991, p.35)

“Motivos políticos também sugeriram a Alemanha, especialmente a região do Hunrueck, um amplo movimento em favor da educação elementar, a partir da segunda metade do século XVIII e, de modo mais intenso, no início do século XIX. De modo que os imigrantes já traziam consigo os condicionamentos e as exigências para alfabetização em massa” (Kreutz, 1991, p. 36).

Surge aqui a figura do professor paroquial, tema central da pesquisa de Lúcio Kreutz. Suas funções junto às comunidades mais católicas não era restrita as atividades docentes na escola.

“Ele era um elemento de unificação, um agente de síntese e promoção das percepções do grupo humano no qual se inseria ativamente, seja no campo social, político, religioso e cultural” (Kreutz, 1991, p. 39).

Para conter o avanço do liberalismo entre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica promoveu um projeto de Restauração promovendo toda uma rede de associações religioso-culturais com as quais cercou e modelou a vida dos mesmos. Até a organização física da colonização efetuava-se em moldes a favorecer este objetivo instalando escola, igreja e clube social e recreativo juntos, dinamizado por uma ampla rede de associações. O professor paroquial era o elemento chave para dinamizar este projeto católico com atenção toda especial dos jesuítas na formação e acompanhamento do seu trabalho.

O associativismo foi considerado pelos jesuítas como o possível dique para fazer frente a devastadora destruição do liberalismo.

A Igreja Católica no mundo todo, sob o signo do Papa Leão XIII enfrentou o liberalismo através da Doutrina Social Cristã descrita na "Rerum Novarum", encíclica sobre a condição dos operários que defendeu o dever do Estado em garantir os direitos dos operários, entre os quais sublinha a importância do seu direito de criar sindicatos para reivindicar a realização de seus legítimos interesses. Leão XIII não só rejeita o socialismo e responsabiliza o capitalismo pela questão social, mas propõe uma verdadeira política social que inspirou toda política social e trabalhista contemporânea .

Pio XI, comemorando os 40 anos da "Rerum Novarum", promulga sua encíclica, "Quadragesimo Anno", no dia 15 de maio de 1931. É a segunda grande encíclica social, que

procura resgatar o legado de Leão XIII no novo contexto histórico que se afigurava ameaçador. Decepcionado com as democracias liberais, Pio XI estava convicto que o destino da humanidade seria decidido no confronto dos grandes blocos totalitários emergentes: o nazifacismo, de um lado e o comunismo marxista de outro. Pio XI condenou estes sistemas e propôs um sistema alternativo, o corporativismo cristão fundado na preocupação de preservar a dignidade inalienável da pessoa humana esmagada pelos regimes totalitários e a primazia do bem comum sobre os interesses tanto corporativos como classistas. A tragédia da Segunda Guerra Mundial não permitiu que a proposta de Pio XI tivesse muita ressonância.

Os princípios fundamentais da "Rerum Novarum" (das coisas novas) são:

1- A dignidade inalienável da pessoa humana, à luz da fé: criada por Deus, remida por Cristo, santificada e vocacionada pelo Espírito Santo. Dignidade que exclui qualquer discriminação racial, social, econômica, religiosa ou cultural.

2 - A primazia do bem comum. O princípio se bifurca em dois planos: o nacional e o mundial.

O bem comum nacional é a responsabilidade e a própria razão de ser o Estado que pode tudo aquilo e só aquilo que promove o bem comum, ou seja, o bem de todos, sem discriminações. Ele é precisamente o conjunto das condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com sua dignidade. A primazia do bem comum e a consagração da democracia como único regime político que preserva a dignidade do ser humano.

3 - A primazia da destinação universal dos bens sobre a apropriação individual. Os bens criados se destinam a todos os homens. A apropriação individual, o chamado direito de propriedade, é uma forma eficaz de realizar melhor esta destinação. A propriedade, situada assim à luz deste princípio, é entendida como responsabilidade social e não como privilégio excludente: "Sobre toda a propriedade privada pesa uma hipoteca social" - ("Laborem Exercens").

4 - A primazia do trabalho sobre o capital. O capital como forma de apropriação coletiva, pública ou privada, "só é legítimo na medida em que serve ao trabalho" (L.E.). O capital é o fruto do trabalho e a ele se destina. É o princípio que marca a incompatibilidade da Doutrina Social da Igreja com o capitalismo liberal.

5 - O princípio da subsidiariedade. Segundo ele, às instâncias superiores de poder não se devem atribuir o desempenho daquilo que as instâncias inferiores podem melhor realizar. O dever das instâncias superiores é um dever supletivo, de coordenação e promoção da iniciativa e da criatividade das instâncias inferiores. É este princípio a fonte da vitalidade de um número imenso de instituições, movimentos e iniciativas que são a expressão da maturidade democrática liberta do paternalismo estatal. É também o princípio que oferece os critérios para discernir, na variedade das conjunturas, a solução de problemas tais como centralização e descentralização, nacionalização e privatização.

6 - O princípio da solidariedade. É o princípio segundo o qual cada um cresce em valor e dignidade na medida em que investe suas capacidades e seu dinamismo na promoção do outro. O princípio vale analogicamente para todas as relações concretas: entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, os grupos sociais, os níveis e setores de poder, o capital e o trabalho, o mundo desenvolvido e subdesenvolvido. Hoje se pode falar numa descoberta sempre mais lúcida de uma relação de solidariedade entre o homem e a natureza: o homem mais se valoriza na medida em que preserva e promove a natureza e esta, protegida e preservada, garante melhor qualidade de vida para o homem.⁵

A “originalidade” de uma doutrina fundada sobre esses seis pilares reside na tese cristã de que toda a história humana foi a história de uma incansável busca de liberdade e de justiça. O homem quis ser mais livre dos problemas naturais e das violências que o oprimiam. O aspecto da originalidade da Doutrina Social da Igreja é precisamente este: ela defende o atendimento às radicais exigências da justiça, precisamente através do exercício responsável da liberdade.

João Paulo II em suas três encíclicas sociais apontou a incompatibilidade da Doutrina Social da Igreja tanto com o liberalismo capitalista quanto com o coletivismo marxista. O primeiro, exaltando a liberdade, leva a humanidade a uma exacerbação do consumismo. O segundo sob a falsa pretensão de resgatar a justiça é responsável pela opressão dos direitos de uma autêntica liberdade. Recupera assim o pensamento social da Igreja, inaugurada oficialmente por Leão XIII.

O social-catolicismo surgiu na Alemanha na segunda metade do século XIX a partir da constatação de uma crise teórica e prática das relações da Igreja com o mundo moderno. A

⁵ Pequena Enciclopédia da Doutrina Social Cristã.

necessidade de observar melhor o “sinais dos tempos” fez alguns pensadores católicos buscarem nas bases epistemológicas da ética social os fundamentos para a formulação de um novo estatuto e de uma ideologia social.

Na Alemanha desenvolveu-se esta nova formulação da doutrina social da Igreja, pois começava a sentir os efeitos das mudanças sociais provocadas pela revolução industrial, que alterou os níveis de inserção social no sistema produtivo, bem como os referenciais de identificação dos indivíduos, que passaram a ter como elemento central sua capacidade de consumo. Surge como resultado desta mudança uma acentuada desigualdade social, que fez emergir uma indignação ética que começou a apontar para novas utopias sociais: a utopia socialista e a utopia cristã. As duas recolhem esta indignação pela exclusão do processo de acumulação capitalista e promovem os trabalhadores a sujeitos sociais, capazes de fazer a mudança social por ter em suas mãos um instrumento basilar do processo produtivo, que é a força de trabalho.

“A canalização desta força de trabalho, no sentido da colaboração, ou no da cooperação, simboliza a capacidade de resistência às forças de dominação”(Schallenger, 1981).

O socialismo referenciou o seu estatuto social a partir da possibilidade da mudança histórica através da organização da sociedade baseada na relação sujeito-sujeito para a construção do Reino da Liberdade. O social-catolicismo afirmou o seu estatuto social buscando promover a fraternidade buscando a recuperação dos trabalhadores como seres humanos, defendendo que a relação entre sujeitos é mediada pela interface do religioso buscando a construção do Reino de Deus.

A dificuldade na conjugação do poder temporal e espiritual somados à projeção francesa e o reformismo prussiano, fez a Igreja Católica alemã perder prestígio e poder, vindo esmorecer sua influência cultural e política. Era necessário alterar as estratégias e despertar uma nova consciência religiosa e uma identidade para os católicos alemães.

As Revoluções Liberais e a difusão do Manifesto Comunista fizeram ascender o sinal de alerta. A saída encontrada no final do século XIX foi a aproximação da Igreja com a sociedade, preocupando-se com as questões sociais e propondo meios de organização que pudessem contribuir na superação dos problemas. “O social-catolicismo alemão, fundou seu pensamento na premissa de que a valorização de todo esforço e de toda a construção

individual adquire sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente” (Schallemberger, 2003, p.123). A doutrina buscou as mais diferentes formas de aproximação das camadas trabalhadoras para apresentar a sua ética como a verdadeira. Organizou associações, um partido e promoveu congressos e grandes mobilizações.

As desigualdades geradas pela Revolução Industrial fizeram nascer no seio da sociedade alemã uma indignação ética que apontava para novas utopias sociais. Essa indignação foi aproveitada tanto pela utopia socialista quanto pela cristã, que passaram a promover os trabalhadores como sujeito sociais, capazes de pôr em marcha mudanças sociais, por ter nas suas mãos a força de trabalho, que está na base do processo produtivo.

Para Kruijff “a aproximação das camadas menos favorecidas pode ser vista como vínculo intencional que a alta esfera eclesiástica buscava para manutenção de um certo controle sobre o culto dos valores morais e sobre a possibilidade de emergência de possíveis movimentos revolucionários” (*apud* Schallemberger, 2003, p.122).

Segundo Schallemberger, o social-catolicismo alemão fundamentou seu pensamento na premissa de que a valorização de todo esforço e de toda a construção individual adquire sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente. Acreditamos que resida aqui uma das importantes fontes do pensamento cooperativista e associativista que se desenvolve nas regiões de colonização de emigrados da Alemanha.

O social catolicismo alemão buscou as mais diferentes formas de aproximação das camadas trabalhadoras para apresentar a sua ética social como a verdadeira, defendendo as organizações corporativas, a liberdade sindical e até a organização de associações interconfessionais.

Criaram-se aqui as bases para uma ação mais social da Igreja Alemã, que não ficou restrita ao território germânico, mas proliferou fortemente nas colônias alemãs aqui no Rio Grande do Sul.

A região do Hunsrück, de onde vieram boa parte dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, é identificada por uma região mais conservadora, devido a sua característica agrária já mencionada anteriormente e sua organização comunitária.

Segundo Schallemberger o social-catolicismo alemão e o associativismo cristão do sul do Brasil revelam processos sociais dinâmicos onde cada um motivou postulações éticas e

formas de organização social a partir da realidade social em que esteve inserido. (Schallenberger, 2003 p.124)

Para o mesmo autor, a forma concreta de implantar o ideário do social-catolicismo no sul foi a de promover o associativismo que teve desdobramentos significativos que marcaram a trajetória da construção social do sul do Brasil.. Associações, sindicatos, cooperativas, organização de colônias, educação e assistência contribuíram com a organização social e o desenvolvimento comunitário. O associativismo cristão assumiu um caráter efetivo de organização social em vista da defesa dos interesses dos colonos e da valorização do trabalho e da produção.

2.2 SANTO CRISTO - UMA HISTÓRIA LIGADA À COOPERAÇÃO

O processo de colonização da atual Santo Cristo, iniciado no começo do século XX apresenta características que diferem do restante da região do Grande Santa Rosa, onde se situa.

Conforme Philippsen e Wallau (2001) a medição e colonização foi iniciada no ano de 1910 pelo engenheiro Carlos Culmey. Eram 1.222 lotes rurais, em sua grande maioria com 25 hectares, pertencentes a Colônia Boa Vista (incluía as sedes de Nova Boa Vista, localizada a esquerda do Rio Amandaú, hoje interior do município de Cândido Godói e Santo Cristo, que incluía o atual território de Alecrim).

“Culmey teve o cuidado, ainda, de organizar os lotes de tal forma que cada unidade tivesse acesso a água para o consumo. O fracionamento da terra e a dimensão de cada lote bem evidencia a preocupação em estabelecer o minifúndio, num período em que o elemento fundamental do Brasil era o latifúndio fora do Estado e enormes estâncias, na metade do Rio Grande formado pelo campo, com sua produção de carne e couro“ (Philippsen e Wallau, 2001, p.19).

Mas a terra que Culmey encontrou não era desabitada na época. Utensílios encontrados pelos colonizadores atestam a existência de índios na região. Mas estes não foram os únicos e nem os mais recentes. Também aqui, como em toda grande região viveram

caboclos (colonos genuinamente nacionais) que se dedicavam a cultura de erva-mate, nos chamados “ervais de Santo Cristo”. Esses caboclos, que no processo de colonização acabaram sendo encurralados nestas últimas áreas de florestas públicas, também no processo de colonização de Santo Cristo acabaram sendo empurrados para algumas áreas às margens dos rios Amandaú (Boa Vista) e Santo Cristo, nas áreas de mais difícil acesso e cultivo das terras. Diferente do que aconteceu na Colônia de Santa Rosa, onde segundo Schallenberger e Hartmann (1981, p.91) dava-se a primazia aos colonos nacionais para os quais eram reservados os melhores lotes, na colonização de Santo Cristo essa preferência era dada aos colonizadores de descendência alemãs. Como destaca Zarth (1997, p.101) por trás de um discurso ideológico de incapacidade dos caboclos para o trabalho, atraía-se imigrantes aos quais coube o papel de agricultores para o mercado interno.

O cultivo da erva-mate não foi abandonado pelos colonizadores, muito pelo contrário, a produção e a industrialização se intensificou, sendo que em 1927 havia 12 indústrias ervateiras na região e em 1931 chegou a ser organizada uma cooperativa para regular a produção do mate. Esse fato demonstra a importância do produto para a região e como os colonizadores se somaram a esta atividade em curso e coloca sob suspeita o discurso ufanista do desbravamento dos colonizadores do século XX, que parecem desconsiderar este fato apontando o marco definidor do início da história de Santo Cristo a chegada dos colonizadores de origem alemã.

A Colônia Boa Vista é caracterizada como uma Colônia homogênea sendo que agrupava pessoas da mesma nacionalidade e da mesma confissão religiosa, diferindo das colônias mistas, que agrupavam indivíduos de nacionalidades diferentes e diferentes credos religiosos, como é o caso da Colônia de Santa Rosa.

“Formando um grupo mais ou menos homogêneo, tinham mais facilidades para organizar comunidades e sistemas de ensino e manter tradições culturais, associativas e religiosas” (Rotta, 1999. p.33).

Aparece aqui uma das pré-condições para o desenvolvimento de experiências de associativismo e cooperativismo.

As condições econômicas iniciais da colonização de Santo Cristo se assemelham às das antigas zonas de colonização do Estado. Caracterizava-se pelo desbravamento,

desmatamento e pela fixação das frentes de colonos, cuja produção inicial estava voltada ao atendimento das necessidades básicas da população, sobretudo, o cultivo de alimentos de consumo direto. O trabalho era de caráter eminentemente familiar destinando-se fundamentalmente à produção e manutenção da vida. A colaboração entre vizinhos, parentes e organização de grupos de trabalho para a execução de trabalhos de cunho “público” como abertura de estradas são características marcantes deste período e configuram como uma preservação da tradição cultural e servem como uma espécie de laboratório para as experiências formais de trabalho coletivo que se manifestaria mais tarde.

Diante dos desafios conjunturais e estruturais que se colocavam, as pessoas se obrigaram a tentar ganhar a vida, reinventando o cotidiano do trabalho, contrariando, ainda que de forma limitada, a lógica perversa do capital, organizando-se em entidades associativas e cooperativas, como as referidas neste trabalho. O objetivo central não era a produção de capital, mas a reprodução da própria vida.

Conforme Schallenberger e Hartmann (1981, p.123) o sistema financeiro não permitiu muita circulação de moeda na época. O caráter da produção agrícola e a ausência de uma rede bancária colaborou para isso. Os empréstimos, quando necessários eram feitos diretamente, entre os colonos, um procurando auxiliar o outro, quando a necessidade se fazia sentir. Mais tarde, os comerciantes começaram a oferecer crédito aos colonos.

Em decorrência da complexificação da economia no meio rural, foram surgindo novas necessidades creditícias e passou a exigir-se novas fontes de contratação de recursos. Foi em função disso que surgiram as caixas rurais, assim descritas por Schallemlberger e Hartmann.

“Eram um tipo de Cooperativas de Crédito. Serviram para a época e ainda hoje se constituem em um modelo de crédito fundiário para os agricultores. Exemplos típicos destas instituições financeiras ocorreram em Campinas das Missões, Santo Cristo e em Horizontina. Hoje (1981) somente Horizontina mantém em funcionamento a sua Caixa Rural; as demais foram corroídas pela inflação ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. Estas Caixas serviram de instituições de depósito das reservas dos colonos e, ao mesmo tempo, de contratação de empréstimos. Surgiram e floresceram nas áreas em que houve predominância de colonos de descendência alemã. Entre estes, era maior o espírito de associação e cooperação.” (Schallenberger e Hartmann, 1981 p.124)

Em Santo Cristo esta experiência iniciou nos anos 30 e permaneceu até a sua liquidação no ano de 1975, no auge da Ditadura Militar vigente no país. A liquidação coincide com o período de chegada das primeiras instituições bancárias na cidade. Durante seu período de funcionamento, a Cooperativa de Crédito Rural Santo Cristo Ltda, nome com a qual foi extinta, administrava as economias de mais de 300 associados que recebiam um juro de depósito mensal de 0,5% do capital. O dinheiro era guardado num cofre, pois não havia convênio com nenhuma instituição bancária para garantir a segurança. Entre as aplicações do montante sob a guarda da entidade, houve o financiamento para agricultores adquirirem terras em Santa Catarina e para construção de casas na área urbana, inclusive para a vizinha cidade de Santa Rosa. Mas o processo inflacionário acabou corroendo as finanças, e a entidade não conseguia se auto-financiar. Mas sobre este processo de liquidação, bem como seu desempenho ao longo dos anos, acreditamos ser necessário um estudo mais aprofundado, com análise de documentação, para se ter uma análise mais clara. Mas o que se pode afirmar com tranquilidade é que a experiência da Cooperativa de Crédito Rural teve a contribuição decisiva para o desenvolvimento econômico de Santo Cristo, bem como foi uma organização que permitiu a seus associados uma experiência de organização com vistas ao planejamento do futuro, tanto por parte de quem poupava recursos, quanto para quem acessasse o crédito, que vinha a juro baixo, geralmente não mais que o dobro do valor pago ao poupador.

O início da colonização também foi marcado por uma espécie de transplante do modelo cultural europeu para Santo Cristo, que reproduzia-se ideológica e culturalmente através dos valores da família, língua materna e religião, com feições de uma sociedade agrária patriarcal. Essa tradição se manteve pelo menos nas primeiras décadas e seu cultivo determinou um universo de relações sociais bem significativos para as condições de existência naquele momento. A prática de auxílio mútuo, a troca de produtos primários entre vizinhos, o intercâmbio de serviços eram práticas sociais consagradas pelo uso. “A vida diária solicitava a cooperação e a união em torno dos projetos da comunidade” (Schallenberger, 1981, p.132).

As organizações associativas e cooperativas que se desenvolveram em Santo Cristo, tiveram como característica de identidade comum o aspecto da economia, especialmente ligada ao meio rural.

Entre os movimentos importantes que se desenvolveram encontram-se:

2.2.1 Pequenas Cooperativas de Agricultores da década de 1960

Nas décadas de 1950 e 1960, surgiram e se desenvolveram em Santo Cristo, conforme registros oficiais, oito cooperativas de agricultores. Entre elas podemos citar a Cooperativa Mista Ideal, a cooperativa Santo Afonso de Bom Princípio Baixo e as localizadas nas comunidades de Rolador, Salto, Laranjeira, Guaraipo, Castor, Belinha.

Nos registros da Prefeitura Municipal de Santo Cristo encontramos alguns registros das seguintes cooperativas:

- Cooperativa Mista Santo Afonso Ltda. – Filial 1 na cidade, com lotação no ano de 1976 e deslotação em 25 de janeiro de 1979. Esta cooperativa teve como sede a comunidade de Bom Princípio Baixo.

- Cooperativa Mista Agrícola Guaraipo Ltda. que tem sua lotação datada de 1963 nos ramos de armazém de secos e molhados e compra de produtos agrícolas e armarinhos. Ela teve sua deslotação feita em 1969.

- Cooperativa Mista Agrícola Castor com lotação em 1966 com comércio em geral e deslotação no ano de 1969.

- Cooperativa Mista Agrícola Ideal da cidade com lotação em 01 de agosto de 1957.

A defasagem de registros oficiais destas entidades representa uma dificuldade muito grande em datar com exatidão o início e o final das atividades de cada uma das cooperativas existentes.

2.2.2 APSATs

As Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica foram organizadas no a partir de 1984, com o objetivo de melhorar a produção de suínos. Também denominados condomínios rurais, as APSATs nasceram a partir de uma adaptação a um sistema em funcionamento nos municípios de Teutônia e também em fase inicial, na época, em Tenente Portela.

Um dos nossos entrevistados, E7 relata que no início faltou coragem para muitos agricultores, mas mesmo assim a associação da qual participou iniciou com 19 integrantes. A motivação inicial foi a de produzir filhotes de suínos. Ele destaca que os produtores tinham

uma dificuldade nos cuidados na fase inicial dos animais. “Dava muito serviço acompanhar e roubava o tempo nas lidas da lavoura” argumenta. A Apsat se responsabilizava em produzir os porquinhos e os distribuía aos associados que possuíam quotas. A ração também era produzida no local por um funcionário que era pago para fazer o serviço. Com a crise do setor da suinocultura nos anos iniciais desta década, no entanto as Associações foram à derrocada. Para E7, por muitos anos, foi uma boa alternativa para os agricultores.

Já E8 tem uma visão mais crítica quanto a esse modelo de organização. Ele integrou uma das APSATs no início da década de 1990. E8 argumenta que o modelo em questão acabou rompendo com o controle sobre todo o ciclo de produção do porco. Reduziu o trabalho do produtor, mas ele pagou alguém para fazer o serviço, aumentando por conseguinte o custo da produção. “Isso até se justificaria se o agricultor aumentasse a produção de algum outro produto para ocupar de maneira produtiva o tempo liberado, mas não foi isso que aconteceu” argumenta. No entanto, o aumento do custo de produção não pode ser visto como único vilão da história, sustenta E8. Para ele, as exigências de mercado em produzir um suíno tipo exportação, que engordava praticamente na metade do tempo que a criação normal, onde o animal levava cerca de 8 meses para ser comercializado, fez com que o trato, e a necessidade de instalações adequadas às novas exigências, inviabilizassem a produção para o pequeno produtor. “Hoje você não vê mais pequeno produtor criando porco para o frigorífico, e o que é pior, na maioria das propriedades o porco já não faz mais parte do cenário” constata. Ele compara as conseqüências da prática da APSATs aos das geradas pela soja transgênica, que fez com que o produtor reduzisse em muito o seu trabalho na lavoura, aumentando sua dependência e seu custo de produção. “O agricultor precisa tomar consciência que é o seu trabalho que sustenta a propriedade “ constata. A APSAT que ele integrava não resistiu mais de dez anos e um de seus integrantes adquiriu as quotas dos demais e ficou como proprietário. Mas a experiência deixou aprendizados marcantes, como a constatação feita acima.

E8 aponta também que a diversificação da lavoura tem sofrido barreiras, pelo fato de muitos produtos darem muito serviço. Ele cita o exemplo do feijão, que é um produto viável economicamente. “Eu, por trabalhar diretamente numa cooperativa e não ter tempo, contrato pessoas na minha pequena propriedade para plantar e colher feijão, e ganho dinheiro com isso” exemplifica. Em outras palavras, E8 afirma que para quem quer trabalhar, existem alternativas para fugir da dependência das grandes multinacionais. A mão-de-obra a qual E8 se refere, são geralmente filhos de agricultores que residem na vizinhança, e não tem sua área de terra ou cultivam produtos que oferecem a possibilidade de trabalhar com maquinários.

2.2.3 Clubes 4-S

Organizados em quase todos os estados da federação e com muita expressão também no Rio Grande do Sul, os Clubes 4-Ss tiveram em Santo Cristo solo fértil para se desenvolver. Esses clubes foram incentivados por empresas estatais de extensão agrícola na década de 70 com o objetivo de oferecer aos jovens rurais um espaço de aprendizagens, de discussão e de recreação. Num manual produzido na época para orientar a formação de um grupo, consta na apresentação inicial os objetivos centrais destas organizações:

“Mais da metade de nossa população é formada de jovens com menos de 20 anos. São milhares de jovens que precisam de oportunidades para se educarem e participarem do processo de desenvolvimento. Normalmente os jovens rurais não têm esta oportunidade. Além das escolas primárias, ainda deficientes em número, os jovens rurais não encontram ocasiões de receber uma educação que cuide também da formação de sua personalidade e de sua integração na vida comunitária. Na maioria das vezes, no quarto ou quinto ano o jovem rural pára de estudar. O trabalho de extensão com a juventude rural, através dos Clubes 4-S, tem como objetivo orientar os jovens para as futuras atividades agrícolas e domésticas e ainda para a vida social, de modo a que cumpram seus deveres e exercitem seus direitos, em relação à família, à comunidade e à nação. Contribuir para que os jovens tomem consciência de seu valor como pessoas humanas e que reconheçam este valor nas pessoas que as cercam. Ajudar o jovem a organizar-se, capacitando-o para as responsabilidades atuais e para as que terá que assumir na idade adulta.”(Manual dos Clubes 4S)

Neste recorte inicial é possível perceber o propósito deste trabalho para com o jovem. O objetivo era oferecer um espaço de formação pessoal e profissional ao jovem rural, que carecia de mais formação. Idéia da necessidade de educação para se incluir no processo de desenvolvimento está fortemente presente. Com um olhar crítico pode ser interpretado como assistencialismo ou até tentativa de formação ideológica para um novo modelo desenvolvimentista que estava sendo implantado na região na virada da década 60 para 70. Mas nós aqui não vamos entrar neste debate, mas queremos analisar o funcionamento destes grupos, que podemos caracterizar como uma associação, pois tinha estatutos e regras bem definidas, com fichas de associados, diretorias eleitas e todas as exigências legais e usuais.

Em outra parte do referido Manual encontramos a definição dos quatro “esses” colocados sobre um emblema de um trevo verde com quatro folhas:

“SABER: quer dizer que os jovens devem adquirir conhecimentos e desenvolver a inteligência para que tenham melhor visão do mundo em que vivem. SENTIR: quer dizer que os jovens devem cultivar os bons sentimentos sendo amigos, leais e honestos. SAÚDE: quer dizer que os jovens devem valorizar a higiene e saúde como meio de alcançar uma vida saudável e feliz, pelo desenvolvimento físico e mental. SERVIR: quer dizer que os jovens devem capacitar-se profissionalmente desenvolvendo habilidades em atividades agrícolas e domésticas, de tal forma que possam encarar sua profissão como carreira de futuro e as lides domésticas como ocupação valiosa.”

Esses dois recortes mostram a ideologia deste tipo de organização. Mas é na prática do dia a dia que esta modalidade delinea as suas características particulares. Em cada lugar este receituário proposto ganha traços diferentes. Usando uma analogia da torta, podemos dizer que o bolo pode ser o mesmo, mas o recheio dele varia de lugar para lugar, de acordo com a realidade local e as pessoas envolvidas. Apesar do Clube 4-S ter regras fixas, ele dava abertura grande para ampliar tarefas e funções. E sobre estas particularidades deste processo em Santo Cristo é que nós vamos nos debruçar.

A história aponta a existência de vários Clubes 4-S em Santo Cristo. Entre eles podemos citar: Juventude Unida de Rolador Baixo; Avante Juventude da Linha Guaraipo; e Trevo da Amizade da Linha Revolta.

Ata da reunião

Aos 8 dias do mês de julho do ano de 1980, às 14:30 horas, na sociedade XV de Novembro, realizou-se a 90 reunião do Clube 4-S Juventude Unida. Estiveram presentes 15 sócios e ausentes 4. Assistiu a reunião 1 visitante. Na sessão administrativa houve o seguinte: o presidente fez a abertura convidando todos para fazerem os compromissos as bandeiras e logo após foi lido a ordem do dia que é a seguinte planejamento do baile plantar as mudinhas das arvorezinhas ao redor do campo e falar sobre a lavoura do clube na propriedade do Senhor Erno Heck. E depois foi lida a ata que foi aprovada. E para o baile foi planejado fazer rifas. 1º prêmio ferro elétrico 2º uma calça 3º jogo de toalhas 4º vestido de criança 5º cesto para verduras 6º porta cuia e 7º uma bomba de chimarão e para plantio das arvorezinhas ao redor do campo dia 12 de julho todos deverão estar presentes. E na lavoura do clube que será no dia 23 de julho na propriedade Heck. Na sessão técnica foi falado sobre o milho para os rapazes pelo Agrônomo César e para as moças foi mostrado como se faz pintura pela extencionista Clair. E que no dia 17 de julho haverá uma palestra para dotos os joves desta comunidade que e data pelo prefeito Luciano Decker”. Eu, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelo presidente.

(Livro de presidência e Secretaria do Clube 4-S Juventude Unida de Linha Rolador Baixo, Santo Cristo)

Obs.: A ata foi reproduzida na íntegra em respeito ao documento histórico em que ela se constitui. Somente foram ocultados os nomes do secretário e do presidente, por não acharmos conveniente expor as pessoas, pois nosso foco é o seu conteúdo.

No documento acima exposto podemos verificar algumas características de funcionamento destas entidades, bem como algumas finalidades e ritos seguidos durante os encontros, que eram bem freqüentes. Chama atenção a formalidade inicial de apresentação das bandeiras do Brasil e da entidade, perfeitamente compreensível para o momento em que se encontrava o país no período da ditadura militar, com exaltação ao civismo. É bom lembrar que a modalidade de organização que estamos analisando recebe apoio, incentivo e assessoria técnica de uma entidade estatal. Como segundo passo, é feita a chamada dos sócios, cuja presença era controlada e uma das exigências para permanência na entidade.

Na análise da pauta de discussões aparecem duas características que nos permitem um olhar mais aproximado sobre as finalidades do Clube 4-S. A primeira delas é a prestação de serviços comunitários, no caso, plantio de árvores ao redor do campo de futebol. Já a segunda é a organização do grupo com vistas a arrecadação de finanças com a organização de um baile, elaboração de uma rifa, além do trabalho de plantio de uma lavoura na comunidade em estilo de mutirão com trabalho gratuito. A renda obtida com nestas atividades, geralmente era empregada em viagens de lazer e de estudo, conhecendo lugares e participando de eventos. Numa destas viagens, a entidade citada visitou a hidroelétrica de Itaipu, e o Paraguai.

Já na parte técnica da reunião, que nem sempre acontecia, com a assessoria dos técnicos da Emater, os associados recebem orientações para melhor desenvolvimento de atividades agrícolas e domésticas.

Selecionei esta ata entre as tantas lidas, pois ela apresenta de forma bem caracterizada os objetivos propostos pelos articuladores desta modalidade de associação. No entanto, a formação técnica não ocorria em todos os encontros. Este fato mostra que o grupo tinha autonomia na sua organização e nas decisões, mesmo porque não havia a participação física dos técnicos. Portanto, foram estes grupos espaços de discussões muitas vezes acirradas acerca de decisões sobre, por exemplo, que culturas plantar na lavoura coletiva, que lugares visitar nas excursões da entidade, entre outros temas. Ter um espaço de contestação e defesa

de idéias como estas representava um diferencial significativo para quem participou destas associações

Um detalhe que ficou registrado no verso da ata, e aparece em praticamente todas elas, é o fato de ter sempre um espaço de recreação, que geralmente era ocupado com jogo de pingue-pongue ou baralho.

2.2.4 Cooperativas Regionais

- Cooperluz

A Cooperativa de Eletrificação Rural foi fundada em 1970 a partir de uma iniciativa de lideranças regionais para atender uma crescente demanda por energia elétrica, especialmente no meio rural, onde este benefício de infra-estrutura ainda não havia chegado. A sua missão definida foi “promover o desenvolvimento regional de forma cooperada através da geração, transmissão e distribuição de energia, da educação e capacitação, incentivando a produção alternativa, a agro-industrialização e comercialização, em parceria com entidades públicas e privadas, visando o bem-estar dos cooperados e comunidades” (Folder da cooperativa) .

A Cooperluz teve em seu período inicial uma grande expansão das redes no interior dos oito municípios de sua abrangência e marcou época com uma rede de lojas comercializando eletrodomésticos e móveis aos seus associados e comunidade em geral.

Porém, em 1991, a cooperativa passou por uma reestruturação social e um enxugamento administrativo e funcional, encerrando as atividades das lojas. Com a mudança, a Cooperativa buscou maior eficiência na qualidade da energia distribuída reestruturando sua fábrica de postes, oficina de transformadores, medidores e oficina mecânica. Dentro desta preocupação prioritária de oferecer energia , em 2003 a cooperativa deu um passo importante rumo a auto-suficiência na produção e distribuição de energia com o início das obras das primeiras Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Comandaí e Santo Antônio.

Também a partir de 1991a Cooperativa iniciou sua atuação em programas sociais. Um destes programas é o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) desenvolvido em conjunto com outras entidades com educandos da 7ª e 8ª série das escolas da região . O objetivo do PCE era o de refletir e exercitar o trabalho em grupo, desenvolver a capacidade de

liderança, organização cooperativa e solidária em contraponto ao individualismo. O programa atende a cinco escolas do município de Santo Cristo.

No ano de 1997, com a revisão do estatuto e mudança da razão social, a cooperativa entra numa fase de maior democratização com a fundação de núcleos deliberativos. A preocupação com o desenvolvimento regional ganha mais força, alicerçado na agricultura familiar, que representa mais de 80% do quadro social. A cooperativa começa a desenvolver o Programa da Agricultura Familiar apoiando a produção orgânica a través do acompanhamento técnico aos 53 produtores pioneiros, dos quais 23 de Santo Cristo, da viabilização de certificação e comercialização, bem como na manutenção de um banco de sementes de diversas variedades para a adubação verde e cereais.

Outras duas ações integradas com outras entidades configuram o novo perfil que a entidade assume a partir de 1997. Uma delas é o apoio a organização das cooperativas municipais através da Central Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar do Noroeste Ltda (CRECAF) de onde a santocristense Coopasc é uma das signatárias. A outra é a Organização Não Governamental AREDE (Associação Regional de Educação e Desenvolvimento Econômico).

A Cooperluz tem uma presença forte em Santo Cristo. Atualmente ela conta com 1.440 associados de um total de 12.470 em oito municípios da região.

- Cotrirosa

A Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda.-Cotrirosa, foi fundada no dia 29 de junho de 1968, por um grupo de 77 agricultores, imbuídos do espírito de solidariedade e de ajuda mútua.

Os 77 associados, conscientes de suas responsabilidades, não pouparam esforços e traçaram os rumos da Cooperativa: assistência técnica, orientação aos associados, modernização da agricultura, repasse de recursos financeiros para o custeio das lavouras de trigo e soja e formação de uma estrutura de armazenagem.

Apesar das dificuldades na agricultura, os associados, com espírito cooperativo, fizeram com que a Cotrirosa tivesse um rápido crescimento, fortalecendo cada vez mais a união dos produtores e a cooperativa como um todo.

Percebendo a necessidade da diversificação, a Cotrirosa passou então a investir na atividade leiteira, com montagem de uma estrutura para atender a demanda da produção de leite da região.

Com o passar do tempo, o número de associados foi aumentando significativamente, buscando na cooperativa um órgão que viesse atender as necessidades da agricultura, resolvendo os problemas, principalmente da comercialização dos produtos e assistência técnica necessária para a implantação das lavouras. Atualmente, a cooperativa conta com 5.400 associados, sendo que 83% são considerados mini e pequenos produtores, isto é, com menos de 50 hectares de terra.

Hoje, a Cotrirosa possui um projeto de reestruturação, adequado à realidade econômica implantada no País, e, ao mesmo tempo, este projeto visa a preparar a Cooperativa para o futuro. Conta com 390 funcionários e 16 unidades de atendimento nos municípios de Santa Rosa, Santo Cristo, Cândido Godói, Ubiretama, Campina das Missões, Porto Lucena, Alecrim, Tuparendi, Porto Mauá, Tucunduva, Novo Machado, Giruá.

Em Santo Cristo possui três unidades que somadas possuem 613 associados, ou seja, aproximadamente 13% do total. As unidades de Santo Cristo (sede) e Bom Princípio Baixo foram incorporadas da Cooperativa Agrícola Mista Santo Afonso Ltda. Após os trâmites legais (Assembléias das duas Cooperativas e outros) foram registradas oficialmente as duas unidades. Já a unidade de Linha Guaraipo foi comprada do comerciante Amando Bourscheidt.

As informações sobre os produtos e serviços são de todas as unidades. É o que a Cotrirosa tem à disposição de seus associados, independente da Unidade que atua.

- Coopermil

A Cooperativa Mista São Luiz nasceu em Cinquentenário, município de Tuparendi a partir de um trabalho pioneiro dos irmãos Kerkoff, que imbuídos de um espírito cooperativista tentaram expandir o cooperativismo na região criando várias entidades. Em

Santo Cristo, a tentativa influenciou a criação da Cooperativa Mista Ideal, cujo processo já foi descrito anteriormente. No ano de 1975, num processo de expansão, a Coopermil se instalou em Santo Cristo, com a adesão de diversos associados de cooperativas que decretaram falência. Mais tarde, a Coopermil incorporou também os associados e o patrimônio da Cooperativa São Cristóvão de Linha Rolador Alto, que enfrentava diversas dificuldades financeiras.

Atualmente a Coopermil conta com um quadro de 980 associados e é a segunda maior geradora de ICMS de Santo Cristo, perdendo apenas para as Lojas Quero-Quero. Além de atuar fortemente na questão do leite, possui um silo para armazenagem de grãos e um amplo supermercado, o maior da cidade. A estrutura da Coopermil no município receberá no ano de 2005 uma ampliação com investimento de R\$ 1.200.000,00. Além de Santo Cristo, Coopermil tem atuação nos municípios de Santa Rosa, Tuparendi, Porto Mauá, Tucunduva, Novo Machado, Alecrim, Giruá, Porto Lucena e Campina das Missões, sendo que a sede se localiza atualmente em Santa Rosa. No total a cooperativa possui 4.200 associados, dos quais 23% residem em Santo Cristo, perdendo apenas em coeficiente para Santa Rosa, que possui uma população quatro vezes superior.

2.2.5 Cooperativas de Crédito

O cooperativismo de crédito, após uma experiência nas décadas que se sucederam ao início da colonização com as chamadas Caixas Rurais, uma experiência que acabou não vingando devido ao processo inflacionário ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, como já foi descrito acima, entrou com muita força a partir da década de 1990.

- Sicredi

O Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi, instituição com mais de 100 anos, fundada pelo padre Theodor Amstad, iniciou sua atuação no município de Santo Cristo nos anos de 1988, inicialmente com 27 associados. Dezessete anos depois a cooperativa já possui 2.619 associados do meio rural e urbano. O crescimento veio acompanhado da descentralização política, através da criação de núcleos de associados no interior do município. Cada núcleo tem sua coordenação, cuja função fazer as comunicações, encaminhar as reuniões por núcleo. “Essa estrutura de organização permite uma aproximação maior com o

associado, para que ele se sinta à vontade para manifestar suas idéias e suas críticas, fazendo com que ele se sinta mais parte do processo”, comenta o gerente da agência local.

As assembléias anuais de prestação de contas realizadas em cada município e preparação a assembléia geral oportunizam aos associados um contato com as contas da entidade. Numa assembléia da qual participamos, 472 associados compareceram. No entanto, a assembléia torna-se um a formalidade com repasses de informações e apresentação de estratégias e metas para o futuro, que cumpre um papel importante e primordial na organização do sistema, mas é nas reuniões de núcleo, onde a conversa é mais reservada e menos formal, onde as dúvidas são transformadas em questionamentos. É neste contato que o associado vai aos poucos tendo uma clareza maior do significado e da simbologia do cooperativismo de crédito e acontecem a construção de novos conhecimentos, tornando-se um ato pedagógico.

- Cresol

No ano de 2003 foi criada a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária, Cresol, no município. Este sistema nasceu em 1996 com a missão de fortalecer e estimular a interação solidária entre os agricultores e suas organizações através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável. Em apenas oito anos de atividade o sistema criou uma rede de cooperativas composta por 78 singulares reunindo mais de 40 mil famílias de agricultores nos três estados do Sul.

Em Santo Cristo, a discussão partiu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no intuito de facilitar o acesso ao crédito aos seus associados e buscar saída a uma reivindicação antiga que é a habitação rural. Em dois anos de atuação, a cooperativa conseguiu viabilizar a construção de 33 residências no interior do município, através da articulação com órgãos federais e estaduais. No entanto, é no setor de crédito agrícola para a produção que a entidade tem a sua maior demanda. O número de associados cresceu rapidamente. A entidade iniciou com 31 sócios fundadores e em menos de dois anos depois já contava com 1024 cooperativados.

A operacionalização dos créditos e financiamentos agrícolas por uma instituição e por pessoas ligadas às lutas históricas da agricultura familiar, conhecedoras da situação dos

agricultores, são um dos principais motivos que levam as pessoas a se associar, segundo a manifestação dos associados em uma das assembléias em que participamos. Outra característica apontada trata da identificação que o associado tem com as lideranças, pois se trata de uma de um sistema que somente envolve agricultores ou empresas ligadas ao setor primário, onde o próprio atendimento é feito por agricultores ou filhos de agricultores, com a possibilidade de falar inclusive a língua alemã durante o atendimento. Este aspecto é bastante marcante nos depoimentos dos associados. Enquanto na rede bancária, o agricultor é um cliente e é atendido como tal, na cooperativa ele é um associado, com poder de decisão, de crítica, mas também de proposição. Isso faz ele se sentir em casa na sua cooperativa de crédito.

2.2.6 Coopasc

A Cooperativa dos agricultores de Santo Cristo nasceu no ano de 1993 com o objetivo inicial de intermediar a comercialização do produto leite, de grande expressão na economia local, sendo o município uma das maiores bacias leiteira do Estado . A comercialização do produto era feita através do sistema Coorlac. Em 1995 a nova cooperativa incorporou a Associação Santocristense de Cooperação Agrícola (ASCA) que iniciou sua organização em 1991 com o objetivo de comercializar os produtos da agricultura familiar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo. A partir desta incorporação, a Coopasc entrou também no ramo de supermercado com produtos alternativos e coloniais. Hoje a Cooperativa oferece aos seus associados e à comunidade em geral um mercado que combina a comercialização de gêneros tradicionais, de produtos orgânicos e de alimentos produzidos pelos agricultores, bem como das agroindústrias locais e regionais, das quais ajudou a fundar algumas.

Mas o leite continua sendo o produto de comercialização referência da cooperativa. Ao entrar neste ramo de produção, a Coopasc deu uma grande contribuição para a quebra do controle da comercialização do leite por duas empresas multinacionais, a Parmalat e a Elegê. Combinada com outros empreendimentos da região, que iniciaram a comercialização e industrialização na região, a cooperativa santocristense foi decisiva para mudar uma realidade que vinha se enraizando com o domínio das multinacionais, que estavam aliadas a duas outras cooperativas regionais, mas cujos associados não as viam mais como seus defensores. Com a entrada no mercado destes novos agentes do setor leiteiro, os produtores viram aumentar a concorrência e a valorização monetária do seu produto. No entanto, foi necessária uma

consciência cooperativa dos associados, sendo que as multinacionais tinham recursos suficientes para promover uma elevação do preço ao produtor no sentido de ganhar a concorrência e inviabilizar as pequenas cooperativas. Mas a vontade de fugir da dependência das multinacionais e garantir uma comercialização alternativa que permitisse ao agricultor uma maior autonomia e proteção, foi mais forte, e a Coopasc conseguiu se afirmar no setor.

Na necessidade de buscar novos mercados e de se fortalecer como entidade diante dos desafios do momento, a Coopasc passou a se articular regionalmente com outras pequenas cooperativas da agricultura familiar dos municípios vizinhos de Candido Godói, Alecrim, Campina das Missões, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá, criando a Central Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar (CRECAF). O objetivo inicial da criação da Central foi o de representar as cooperativas dentro do setor leite junto a Coorlac estadual e, principalmente para servir de intermediadora na comercialização entre as cooperativas singulares. Além disso, a Crecaf também buscou a comercialização externa dos produtos agrícolas dos associados de suas integrantes. Neste sentido, a Central criou em 2004 um ponto de vendas na cidade de Santa Rosa possibilitando uma aproximação entre o produtor e o consumidor deste que é o maior centro comercial e populacional da região. Em 2005, a Central participou do V Fórum Social Mundial em Porto Alegre oferecendo seus produtos às mais de 200 mil pessoas que participaram do maior evento mundial que discute alternativas ao modelo econômico capitalista neo-liberal.

Além da comercialização, a Coopasc também tem se preocupado com a produção. Mantém um programa de inseminação artificial para a produção leiteira com o objetivo de melhorar a qualidade do rebanho e, conseqüentemente aumentar a produtividade. Mesmo perdendo o subsídio municipal a partir de 2001, por parte do novo executivo municipal, que somente financiou as duas cooperativas regionais com sede no município, a Coopasc não deixou de oportunizar o benefício aos seus associados. Outra preocupação que tem se evidenciado ao longo dos 14 anos de organização da entidade é com a produção orgânica e ecológica. Neste sentido desenvolve várias iniciativas como a divulgação e comercialização de produtos veterinários homeopáticos, caldos e fungicidas naturais, adubos orgânicos e sementes crioulas.

A Coopasc surge como uma nova organização cooperativa como forma de reação a um certo distanciamento que vinha acontecendo entre as direções das cooperativas de produção

de caráter regional e seus associados e ocupa um espaço deixado por estas, principalmente no que tange a questão do leite.

2.2.7 Programa de Saúde Alternativa

Sentindo a necessidade de buscar alternativas em tratamentos e especialmente na prevenção de problemas de saúde contrapondo a avalanche de produtos da indústria química, um conjunto de entidades criou o Programa de Saúde Alternativa. É uma associação de entidades que realizam um trabalho pastoral sem fins lucrativos articulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres Rurais, Cooperluz e Paróquia Ascensão do Senhor. O objetivo é romper com a fragmentação e observar o ser humano como um todo, trabalhando o aspecto emocional, o espiritual e o físico, orientando as pessoas a recuperar a saúde pela alimentação adequada e o uso de plantas medicinais.

O trabalho envolve especialmente formação de consciência para levar uma vida mais saudável. As coordenadoras do Programa se especializaram em naturopatia que inclui trophoterapia (cura pelos alimentos), hidroterapia, geoterapia, fitoterapia, radiestesia, hirodologia, reflexologia, massoterapia, oligoterapia e bio-energética.

Com esta formação, o Programa oferece aos seus adeptos possibilidades de tratamentos alternativos. Particularmente prefiro chamar estes tratamentos como naturais, pois o alternativo, na minha compreensão, neste caso seria o alopático. Mas, além de tratamentos alimentares, remédios naturais e massagens, o Programa cumpre um importante papel social pela sua atuação na formação de uma consciência através de um trabalho com os educandários demonstrando cuidados alimentares e tratamentos alternativos.

A contribuição pedagógica do Programa é fomentar o permanente debate na comunidade local sobre a existência de tratamentos naturais, apresentando um contraponto ao domínio da medicina tradicional e a farmacêutica química. Como este é um tema recorrente no cenário nacional e será uma das grandes temáticas do século XXI, em Santo Cristo as pessoas têm a possibilidade de acesso ao diferente.

Do mesmo modo, o Programa de Saúde Alternativo tem mantido viva a cultura dos remédios caseiros, alguns com eficiência comprovada e outros beneficiados pelas crenças populares que os circulam, contribuindo desta forma para a preservação de valores trazidos pelos colonizadores, bem como valorizando o legado deixado por índios e mestiços.

2.2.8 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

A fundação do Sindicato teve um trabalhoso processo de mobilização dos agricultores em todo o interior do município. Após a Assembléia de fundação ocorrida na manhã do dia 19 de março de 1962, a diretoria provisória, Direção da FAG⁶ (Frente Agrária Gaúcha –que antecedeu os STRs), Administração Municipal, juntamente com o Vigário Pe. Waldemar Maldaner e com auxílio do professor da comunidade, percorreram o interior do município fundando as Delegacias do Sindicato e com a eleição de um delegado (Líder).

Com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Porto Alegre – FETAG, o STR passou não só a debater os anseios dos associados de Santo Cristo, como a Inseminação Artificial, construção de escolas, Criação de cooperativas, Frigorífico, energia elétrica, estradas, preços agrícolas, previdência e assistência médica, entre outros. Mas passou a construir uma grande força com a união aos projetos dos demais Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado e Brasil afora.

O Registro oficial do Sindicato somente foi conseguido em 30 de novembro de 1965, devido a sérias dificuldades encontradas junto ao Governo Federal (ocupado por militares). Mas mesmo que tenha engessado os anseios dos STRs através das normas impostas pelo Governo e que deveriam ser cumpridas, as lideranças que dali em diante assumiram a Direção do Sindicato tiveram momentos de tensão, dificuldades, mas também muitos momentos de persistência, trabalho, alegria e muitas vitórias.

Dos muitos anseios do associado, se conquistou com muito sacrifício importantes conquistas para a classe. E destacar-se-ia neste trabalho conjunto das Direções com os associados, demais sindicatos de Trabalhadores Rurais, e de outras classes (através da CUT- onde o STR foi fundador (1982) e primeiro dos rurais a se filiar) a conquista da Previdência,

Saúde, Tarifa Rural da luz da Cooperluz (89-92 e liderada pelo STR de Santo Cristo), preços agrícolas, participação no debate público de orçamentos, reconhecimento da Mulher Trabalhadora Rural com direitos iguais, indenizações nas rodovias, Redução de juros e da Correção Monetária, Pronaf, participação em muitas mobilizações, protestos e atos de defesa pela respeito a vida. Tem participação em vários projetos nas áreas da agroecologia, Educação rural, Saúde natural humana e animal, novas viabilidades de produção e também participa de vários programas de apoio como troca-troca de sementes, projetos de financiamentos, Jovens rurais e Movimento de Mulheres.

Nos últimos anos as Direções tem se ocupado cada vez mais com a participação nos Conselhos Municipais, Regionais e Estaduais, (por onde defendem os interesses dos associados, agricultores e da maioria da população), diversas mobilizações como a do Leite, Previdência, Saúde, Sindicalização da Mulher, entre outros. E, desde 1994, ele vem participando das atividades do Grito da Terra Brasil realizados sempre em meados de maio-julho, onde se obtiveram várias conquistas importantes como o Pronaf.

Foi ativo na discussão dos orçamentos públicos (OP) para agricultura e mobilização para conquista de créditos para Habitação Rural, Sementes, Crédito (RS Rural), Seguro Agrícola, entre outros mais. E especialmente atuar na prestação de serviços, principalmente para facilitar o acesso dos associados aos programas conquistados.

O reconhecimento destas ações pelo agricultor, durante os 40 anos, são demonstradas com os associados em dia com a entidade que hoje passam de 2.200. Os principais eixos de trabalho têm sido:

- Organização dos trabalhadores rurais;
- Lutas com mobilização de massas;
- Constituição de projetos específicos;
- Junção com entidades do setor para novas alternativas e viabilidades econômicas.

- Histórico

- 1958 a 1962 – Frente Agrária Gaúcha
- 19/03/1962 – Fundação do STR de Santo Cristo, com apoio das Igreja Católica .

⁶ Falaremos mais sobre a FAG no Capítulo 3.

- 1969 –Conquista do Funrural
- 1971 –Aposentadoria Assistencial para homens (65 anos), Amparo aos 70 anos para mulheres e pensão para mulheres. Meio salário mínimo nacional
- 1975- Inauguração da Sede (antes funcionava nos fundos da Igreja Matriz), Começa na Sede com atendimento Dentário e Médico. Liberação dos atendimentos pelo Funrural no Hospital
- 1982 –Fundação da CUT – Os Sindicatos Cutistas, fazem a unificação de lutas de todas as classes de trabalhadores. Proibido pelo regime militar. Rural + Urbano + funcionários públicos. Os sindicatos cutistas rompem com o sindicalismo assistencialista
- 1984 – Fundação Movimento das .Mulheres Rurais em Santo Cristo
- 1987 – Queda da Correção Monetária – Fechamento de rodovias. STR de Santo Cristo lidera mobilização regional
- 1988 – Importantes conquistas na Constituição, promulgada no dia 05 de outubro. Organizações, Abaixo Assinados, Protestos, Indicação de Deputados Constituintes. Conquista Principal foi na Previdência. O Agricultor entra na Previdência. Mesmos direitos do urbano, a partir dos 16 anos. Salário integral. Reconhecimento da profissão de trabalhadora rural
- 1989 – Sindicato propôs um Projeto ao Prefeito Municipal, para incentivo a Agricultura Familiar no Município, originando o FUNDERUR
- 1990 - 1991 – Sindicato de Santo Cristo lidera a Tarifa Rural de energia elétrica. Com muita tensão e ameaça de corte da luz
- 1991 – Fundação da Coopasc
- 1992 – Saem os Primeiros Benefícios de aposentadoria para as Mulheres Trabalhadoras Rurais
- 1993 – No recadastro do bloco é incluída a Mulher
- 1993 – Inicia o Programa de Saúde Alternativo
- 1995 – Conquista da Tarifa Rural
- 1995 – Conquista do PRONAF. Juro de 12% a/a – rebate R\$ 200,00 no Custeio e conquista de um Investimento com R\$ 700,00
- 1997 – Já com juros de 5% os agricultores retornam aos financiamentos

- 1998 – STR inicia a organização e montagem de projetos com a Emater e Banco do Brasil para Investimentos. Apartir daí mais de 1. milhão já foi liberado. E Milhares de contratos de Pronafinho custeio
- 1999 – Conquista do seguro agrícola estadual
- 2001 – Primeira indenização do Seguro Agrícola Estadual
- 2003 – Conquista da Habitação Rural
- 2003 – Fundação da CRESOL
- 2003 – Conquista do Crédito Fundiário reformulado
- 2004 – Conquista do Proagro Mais do Governo Federal.

Muitas destas conquistas são coletivas, mas em todas elas o STR de Santo Cristo teve importância fundamental, pois sempre mobilizou a comunidade para participar de mobilizações. Mantém um programa Dário em rádio local que permite um contato direto com os associados, facilitando a mobilização e o fluxo de informações.

2.2.9 Associação de Desenvolvimento Comunitário

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santo Cristo (mais conhecido como FUNDEC) é uma entidade sem fins lucrativos fundada em novembro de 1983. O FUNDEC era um órgão do Banco do Brasil encarregado de financiar projetos para execução dos Planos de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI) nos municípios. Em Santo Cristo aconteceram dois PDCI's sendo que o primeiro envolveu a construção de redes de água, um Posto de Saúde no interior e uma escola no interior, e o segundo implementou melhorias no Hospital de Caridade e a aquisição de trator esteira para destocamento das lavouras, retirada de pedras e abertura de açudes. Para acompanhar a implementação destas obras e a administração desta máquina foi criada a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santo Cristo, que atualmente conta com 1.600 associados. Após a execução dos PDCIs a Associação continuou sua atuação com vida própria adquirindo novas máquinas e administrando em convênio máquinas cedidas pelo município e pelo Estado. São tratores, conjuntos de fenação, arados sub-soladores, enciladeiras, semeadeiras, grades, roçadeiras, carretões para transporte, colhedores de folhagens para cilagem entre outras máquinas e equipamentos que prestam serviços aos agricultores para melhorar suas condições de trabalho

e produção. Atualmente cinco pessoas realizam as atividades administrativas e o serviço de máquinas, totalmente custeados com receita própria. A Prefeitura auxilia no transporte das máquinas e na cedência de terreno para colocar os maquinários, bem como uma sala para os trabalhos burocráticos. A diretoria é escolhida anualmente e todos os associados tem direito a voto.

Segundo declarações de uma dos funcionários da Associação, a demanda por serviços vem sofrendo uma redução pois boa parte dos agricultores já foi atendida nas suas necessidades básicas de serviços com alguns tipos de máquinas. Para os equipamentos a demanda de serviços depende dos ciclos de produção das culturas.

2.2.10 Rádio Comunitária

Em meados da década de 1990, a partir de uma necessidade de democratização dos meios de comunicação em Santo Cristo, surge a Associação Comunitária Cultural Santocristense (ACESA) com o objetivo de oportunizar um novo veículo de comunicação à comunidade local. O município contava, até então, apenas com uma emissora de rádio particular, integrante de uma rede de emissoras com sede em Santa Rosa. A Associação foi integrada por um conjunto de entidades da comunidade lideradas na época pela Igreja Católica. Entre as entidades participantes figuram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo, o Seminário Pe. Adolfo Gallas, a Escola Estadual Leopoldo Ost, entre outras. Em 1996, a ACESA colocava no ar uma rádio comunitária que levava o nome da entidade. Mas a novidade não durou muito. Como lembra o Pe. Lauro Büttembender, um dos incentivadores e apoiadores da entidade, não durou uma semana para a Polícia Federal fechar a rádio que funcionava junto ao Seminário e confiscar sua aparelhagem. “Colocamos ela no ar na quinta-feira Santa e na quarta-feira depois da Páscoa ela foi fechada por ordem judicial”, lembra o sacerdote.

Na época da criação da ACESA, o município de Santo Cristo contava com dois veículos de comunicação comerciais, sendo uma rádio AM e um jornal semanal. No entanto, o que se queria era um espaço alternativo onde as entidades pudessem interferir na programação e ampliar seus espaços de comunicação. Na época estava em tramitação no congresso nacional um projeto de lei que em 1998 foi regulamentado virando a lei 9.618/98 sancionada pelo presidente da república em 19 de fevereiro de 1998.

Na referida lei consta que a associação não pode conter apenas um segmento da sociedade. Por exemplo, somente um sindicato, uma igreja ou uma cooperativa. A entidade deve abranger a comunidade. Se já existe a associação dos moradores de determinado bairro, ela pode alterar o estatuto, incluindo a operação de uma rádio em suas atividades. “O ideal, porém, é criar uma associação própria para rádio comunitária que incorpore os vários segmentos da sociedade. O caráter comunitário é fundamental. Fará parte dela as outras entidades existentes na localidade - sindicatos, associações, instituições religiosas - e pessoas físicas. Estes administrarão a rádio,” reza a lei. Foi o que aconteceu com a ACESA.

A criação da Associação estava dentro das regras do projeto de lei. O problema é que a instalação da rádio aconteceu antes da efetiva entrada em vigor da lei 9.618/98. Com a sua aprovação, renasceu a esperança que esmorecera com o fechamento da rádio e reiniciaram as tratativas para novamente colocá-la no ar. Após muita persistência e percorridos todos os trâmites burocráticos, a emissora foi colocada ao ar novamente no ano de 2003 em caráter experimental e aguarda a outorga final do Ministério das Comunicações. Nesta nova experiência, a rádio tem oportunizado às entidades participantes maiores espaços de contato com a comunidade. Sustentar a rádio e construir uma programação alternativa que combine formação com atração, são os desafios que se colocam nesta nova fase do entidade.

A definição da programação naturalmente é um dos pontos mais debatidos e o epicentro dos conflitos que naturalmente tendem a aparecer nesta experiência que é nova para todos. Além de oportunizar espaços de formação e valorização cultural à comunidade, buscando ser pedagógica na sua programação, o próprio processo de constituição e manutenção da emissora tem sido uma pedagogia em si. Pois é nas discussões do dia a dia que se revelam as visões de realidade, as compreensões sobre comunicação alternativa, bem como a compreensão sobre a própria democracia, que os sujeitos integrantes carregam consigo, e os atritos são normais. Se antes se criticavam as programações das rádios comerciais existentes, não apenas no município mas no geral, agora o desafio de construir alternativas está na sua frente. As críticas precisam ser transformadas em sugestões, ou seja, os sujeitos passam a ter maior responsabilidade sobre o que pensam, e especialmente sobre o que afirmam e da maneira como agem. Neste aspecto, a Rádio Comunitária tem sido uma verdadeira escola, pois como se trata de uma associação de pessoas e entidades, as vontades e idéias pessoais devem ser submetidas ao coletivo e esta prática nem sempre traz resultados tranquilos. A Rádio Comunitária ACESA vem se afirmando como veículo de comunicação alternativa em

Santo Cristo e trazendo contribuições significativas para a formação pedagógica da comunidade local, quais sejam:

- Espaço para manifestação de diversas entidades;
- Programas de entrevistas e debates sobre temas polêmicos e atuais;
- Transmissões diretas de eventos culturais e valorização dos artistas locais;
- Informação independente, definida pelo Conselho de Programação.

2.2.11 Associações de Produtores Rurais Linha do Rio

Sentindo a necessidade de buscar melhorias na produção agrícola através da mecanização da lavoura e da recuperação de solos, um grupo de agricultores da comunidade interiorana da Linha do Rio, organiza uma associação para facilitar as atividades na agricultura. A localidade é formada por pequenas propriedades que margeiam o Rio Amandaú, importante artéria que abastece as propriedades de água para os animais, e que também limita o município de Santo Cristo com Cândido Godói. A escolha do nome da comunidade e da entidade associativa demonstra uma peculiaridade: a referência a um elemento da natureza, no caso, o rio como referência e não um santo, comum nas organizações cooperativas da época. O fato dá os sinais de um início de atenção com questões ambientais, embora não necessariamente tenha implícito o aspecto ecológico de defesa ambiental.

Os agricultores se organizaram para construir um secador de grãos de uso coletivo e um local de reuniões e integrações festivas. Além disso, a aquisição coletiva de máquinas e implementos para as lidas diárias possibilitou uma sensível melhora nas condições de produção. Mas o processo não foi pacífico. O uso coletivo de máquinas coloca em pauta o planejamento da propriedade e mais do que isso, a necessidade de fazer isso coletivamente, onde é preciso ceder e se adequar ao tempo disponível dos equipamentos. Criar regras de uso e manutenção é sempre um processo que implica enfrentamentos e disputas. Questões como, demanda pela máquina ou equipamento diferenciada entre os associados, período de utilização, conservação são sempre polêmicas. No entanto, a associação já vem se mantendo há mais de 15 anos e atualmente encaminha projetos coletivos em linhas de financiamento,

além das demais atividades já referenciadas O espaço físico, um galpão, também serve para a realização de celebrações religiosas, sendo que a comunidade dista 4 km da capela mais próxima, dentro da mesma paróquia.

2.2.12 Jovens rurais – casa das Sementes

Em Santo Cristo, a partir da organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, existe o Movimento de Jovens Rurais, que tem pautado diversas lutas para segurar o jovem no campo. Foi escolhido no ano de 2004 para realizar um projeto experimental do Governo Federal de um Programa denominado “Minha Primeira Terra” que financia a aquisição de áreas de terra para jovens. Destaca-se também pela criação do projeto da Casa das Sementes Crioulas.

A motivação para isso deve-se ao fato de que na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, apesar do perfil sócio geográfico de pequenas propriedades familiares (97% das propriedades) foi implantado na década de 70 um modelo tecnológico, através da monocultura da soja. Uma das conseqüências nefastas é a erosão da “cultura” de produção e conservação de sementes nas propriedades familiares.

Atualmente, com o advento da tecnologia dos transgênicos, corre-se o risco de acelerar a dependência por sementes e inclusive acabar com os poucos “bancos genéticos” que existem nas mãos de agricultores familiares.

Estes bancos genéticos estão dispersos na região, sem comunicação ou com baixa capacidade de ampliação e massificação. Na tentativa de reverter este quadro estão acontecendo algumas ações, entre elas:

Algumas famílias vem mantendo, conservando e multiplicando sementes de milho, cebola e mandioca. Pequenas cooperativas estão intermediando trocas de sementes e fazendo farinhas, a partir de sementes crioulas e agregando renda aos agricultores.

Os Sindicatos de agricultores familiares e movimento de mulheres e jovens rurais tem implementado trocas de sementes e bancos de trocas de sementes, procurando viabilizar mecanismos de ampliação do uso de sementes crioulas.

Neste sentido a criação da Casa das Sementes é uma importante iniciativa que visa chamar atenção para a questão do poder que gira em torno do tema e pretende, além de preservar as espécies, conscientizar os jovens agricultores sobre a importância de se manter estes cultivares para a biodiversidade da região.

Os jovens de Santo Cristo integram um projeto regional articulado pela ONG AREDE. Esta pretende potencializar estratégias que unifiquem estas ações regionais, criando uma rede de informações que possibilite a massificação na conservação e manutenção de sementes pelos agricultores familiares.

Para isso propõe a consolidação de três bancos comunitários de sementes com o objetivo de impulsionar experiências existentes que possam ser um apoio e referência de multiplicação de sementes na comunidade estimulando a troca e estancando o processo de erosão genético e alimentar das famílias. Pretende também a criação de um Banco Virtual de Sementes (uma página na Internet) e estabelecer uma rede de comunicação entre as organizações existentes, proporcionando um intercâmbio de sementes, materiais e tecnologias.

Desta forma, os jovens rurais de Santo Cristo estarão interligados com outros municípios da região e até possuem a possibilidade de realizar trocas com outras regiões, estados e países através dos dados que serão oferecidos pela internet.

2.2. 13 Cooperativa de mulheres

No ano de 2005, como fruto da organização das mulheres urbanas, iniciada há um ano antes, incentivadas a partir do Movimento de Mulheres Rurais, com 20 anos de existência no município, um grupo de mulheres iniciou a constituição de uma Cooperativa de Mulheres Urbanas denominada Coopercriativa. Assessoradas pela ONG Arede, que atua na área de formação em toda região noroeste do Estado, um grupo de 21 mulheres está desenvolvendo a produção de amaciantes de roupas, desinfetantes, sabão que revendem a domicílio e nas mercados das cooperativas da agricultura familiar. No primeiro ano de funcionamento conseguem duas importantes conquistas, sendo que uma delas é fazer parte de um projeto de formação financiado pelo MDA e executado pela AREDE e a outra, a obtenção de um espaço físico no prédio do berçário industrial de Santo Cristo para a elaboração dos produtos, que

sempre é feita de maneira coletiva. Antes deste espaço físico, os trabalhos eram desenvolvidos na residência de uma das associadas. Segundo depoimentos de algumas integrantes, além do aspecto econômico de obtenção de uma pequena renda, o que mais motiva as mulheres a participar é o convívio com as companheiras, poder sair de casa, ter novas aprendizagens, o que contribui decisivamente na sua emancipação enquanto pessoas.

O Movimento de Mulheres provoca na realidade de Santo Cristo uma forte discussão de gênero, fazendo com que ocorresse uma maior participação das mulheres em todos os segmentos da sociedade. O tema mereceria inclusive um estudo mais detalhado, que poderá ficar como sugestão para novas pesquisas.

2.2.14 Associações de redes de água

Uma outra organização que vem se consolidando no município são as chamadas “Associações de Água”, modalidade que surge a partir do processo de instalação de redes de água potável no interior do município. Em muitas comunidades, a administração desta rede de água é feita pelos próprios moradores, que através da cobrança de uma pequena taxa mensal, arcam com os custos de manutenção da bomba, tratamento, e realizam pequenos reparos na rede, quando detectados. A organização em associações tem gerado uma considerável economia para os agricultores. Enquanto a Prefeitura Municipal cobra uma taxa básica de R\$ 16,20 mensais para o consumo de 10 mil litros, nas associações o mesmo consumo geralmente não ultrapassa de 25% deste custo. “A responsabilidade pelo gerenciamento cria também uma cobrança mútua que aumento os cuidados que cada usuário tem em relação a esse benefício”, comenta um dos entrevistados, que é associado na comunidade de Linha do Rio.

Manifesta-se também aí uma preocupação com a preservação do manancial em que se encontra a fonte, pois o cuidado vai além controle na hora de abrir a torneira, ou seja no gasto/custo, mas na qualidade. Revela-se por tanto um cuidado maior com uma fonte natural.

3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO COLETIVO À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A questão que se coloca neste estudo de caso é: o que as pessoas originárias da combinação; colonizadores de etnia alemã, católicos, descendentes de imigrantes, pensam sobre o cooperativismo e o associativismo? Como este pensamento influenciou a construção da sociedade e está presente hoje? Quais as raízes desse pensamento?

“Escrever é iniciar uma aventura que não se sabe onde vai nos levar; ou melhor, que, depois de algum tempo, se saiba não ser mais possível abandonar.” (MÁRIO OSÓRIO MARQUES, 2003).

Ao começar esta parte, recordo-me dos ensinamentos deixados por Mário Osório Marques. Em seu livro “Escrever é Preciso” pontua alguns aspectos que, para todo iniciante do mundo da escrita acadêmica, são muito esclarecedores, e por que não dizer, revolucionam a nossa percepção sobre a escrita. A própria palavra aventura, rasga um pré-conceito de que a escrita resulta de uma sacrifício sem sabor. Encarada como tal, proporciona ao escrevente a sensação de protagonista, pois ninguém pode viver uma aventura de outra pessoa.

Outra contribuição importante que o livro nos traz é a de que, ao contrário que se possa pensar, o escrever não é uma mecânica que expressa o pensamento já elaborado. O escrever ajuda a pensar, pois ele estabelece um diálogo com o leitor, representado momentaneamente pela folha em branco. Imaginemos agora que esta folha que tanto nos desafia e nos instiga para a pretendida aventura, seja uma pessoa, ou mais, uma multidão. Tudo que nela escrever pode ser contestado, aclamado, ponderado e questionado. Preciso estar pronto para este diálogo, que não acontecerá após a impressão e divulgação do escrito, mas fundamentalmente na sua produção. *“Não consigo escrever sem pensar você por perto, espiando o que escrevo. Não me deixe falando sozinho”* (MARQUES, 2003).

Trago esta reflexão inicial, pois pretendo aqui seguir alguns dos ensinamento do Mestre Mário Osório para desenvolver uma linha de raciocínio. Como o nosso tema aqui desenvolvido trata de uma realidade onde o pesquisador não é alguém com olhar externo, e muito menos o contexto estudado seja de um passado longínquo, acredita-se que o trabalho

ganha um ar muito mais desafiador, ou, a aventura ganha mais efeitos. Pretende-se dialogar, não necessariamente fazendo juízos definitivos, sem, no entanto, ser leviano na argumentação.

Sobre a construção do social, Marx afirma que “ela não se dá aleatoriamente pela vontade livre dos homens, mas a partir de condições herdadas do passado, condições concretas de existência.” (Marx e Engels, 1989)

Verificando o processo de colonização descrito no capítulo anterior, percebe-se que este aspecto da herança e das condições concretas de existência que Marx e Engels se referem aparece com profundidade.

Tudo que escrevemos neste capítulo tem apenas duas origens. Uma delas são as entrevistas que realizamos com pessoas participantes deste processo e outra é a reflexão pessoal a partir de leitura, observação dos fatos e dos diálogos com o orientador. Para as entrevistas foram selecionadas pessoas ligadas ao tema e que tiveram uma trajetória relacionada ao movimento cooperativista associativista entre associados, gerentes, presidentes, caminhoneiros, inclusive padres. O estilo da entrevista era livre, com alguns questionamentos pré-elaborados⁷ e outros que foram surgindo ao longo do diálogo.

Ao olharmos para a construção do pensamento social em Santo Cristo, não podemos ocultar o aspecto fundamental que marca as entrelinhas de sua história, que é o trabalho coletivo.

Conforme destaca Bogardus (apud Schneider 2001p.63)“ o pensamento social resulta, em parte, da natureza das condições sociais”. Essas condições sociais entendemos aqui como necessidades e possibilidades.

A união de esforços se apresenta não apenas como um traço cultural da etnia alemã que colonizou o município, mas como uma necessidade ante os desafios de cada época. As dificuldades de acesso à comercialização de produtos, aos recursos da área da saúde, a educação para os filhos, cujo valor já foi descrito neste trabalho, a busca de produtos saudáveis, a meios de comunicação alternativos, são alguns dos motivos que levaram os agricultores e a comunidade em geral a manter e ampliar o “espírito cooperativo”. Mas não queremos apenas ficar no campo da obrigatoriedade de buscar esta saída, pois a cooperação também representa possibilidades de superação. Necessidade e possibilidade pode parecer

⁷ Anexo 3

aqui ter o mesmo sentido, mas chamo atenção aqui para um dado diferenciador. Se a cooperação fosse apenas para remediar problemas momentâneos, ela poderia ser dispensada quando da solução destes. Mas não é isso que a nossa pesquisa mostra. O espírito coletivo não deixou de existir, muito pelo contrário, resiste, reaparece em vários momentos de nossa história.

A agricultura brasileira, no período do surgimento das primeiras cooperativas e associações de pequenos agricultores em Santo Cristo passava por profundas transformações que mudaram completamente a sua realidade. Conhecido como Modernização da Agricultura, este processo compreendeu mudanças nos métodos e técnicas de produção, na utilização de equipamentos, de máquinas e de insumos químicos. Mudaram também as relações sociais de produção, especialmente a partir da década de 1960.

O processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu em sintonia perfeita com a expansão do capitalismo mundial e com o “modelo econômico brasileiro”, associado e dependente. Foi habilmente induzido pelos grandes grupos econômicos norte-americanos (e mundiais) através da chamada “Revolução Verde” expandindo seus negócios no mundo na consolidação da nova fase do sistema capitalista a partir da 2ª Guerra Mundial” (Brum e Trennepohl, 2004 p.27).

Conforme Brum e Trennepohl, esta nova estratégia mundial respondia a uma necessidade de alternativas diante do declínio da produção agrícola com a agricultura tradicional.

Com este ingrediente, a agricultura passou por um período de questionamentos quanto a maneira de produzir e principalmente, o que produzir.

O objetivo da “Revolução Verde” era aumentar a produtividade, através do desenvolvimento genético de novas sementes e aplicação de tratos considerados mais modernos. Estavam incluídos neste pacote a venda de insumos agrícolas modernos como fertilizantes, defensivos, pesticidas (venenos químicos) máquinas e equipamentos, oferecidos por grandes multinacionais e muitas vezes financiados com recursos públicos. Esse capital em parte foi oriundo de empréstimos obtidos, pelo governo brasileiro, junto aos grandes bancos internacionais.

Aliás, o papel do Estado foi decisivo no processo de modernização da agricultura. A instituição do crédito rural, da pesquisa e extensão rural, concessão de incentivos fiscais e subsídios e controle dos preços foram alguns dos mecanismos adotados pelo Estado para possibilitar o desenvolvimento agropecuário. Já na década de 1950 foram criados vários organismos para acelerar e financiar este desenvolvimento, entre eles as associações de crédito e assistência rural. No Rio Grande do Sul foi criada a ASCAR. Mas foi em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural que os agricultores passaram a ter oferta ilimitada de crédito. Aliada a compra estatal da produção e ao seguro total (Proagro) a produção de novas culturas expandiu-se com velocidade. No entanto, todo este arcabouço de vantagens subordinou o agricultor à fiscalização e à assistência técnica, tirando a liberdade do produtor sobre o que e como plantar.

Para fazer este acompanhamento e orientação técnica foi criada na década de 1970 a nível federal a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e nos estados foram criadas as EMATERs. Para cuidar das pesquisas, foi criada em 1973 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O colono, como é denominado o agricultor tradicional, foi forçado pelas circunstâncias a acompanhar a modernização. Descapitalizado, com as terras fracas e explorado nos preços, não tinha outra alternativa.

Em Santo Cristo estas inovações começaram a ser mais profundamente discutidas na década de 1960, quando aconteceu a semana ruralista no município com palestras intensivas em todas as comunidades esclarecendo pontos da visão moderna da agricultura, direcionado diretamente ao cultivo da terra para produção de soja, milho e trigo, não dando ênfase a produção animal.

Neste período também foi criada pelos Bispos a Frente Agrária Gaúcha. Este foi, segundo o Pe. Valdemar Maldaner um movimento passageiro, mas que desembocou na criação na fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e imprimiu nestes uma mentalidade reivindicatória.

A FAG surgiu paralelamente e em oposição ao MASTER⁸ e foi articulada por religiosos ligados a Igreja Católica, intelectuais e alguns agricultores em 1962. Entre outras finalidades a FAG visava “o amparo e estímulo aos sindicatos, e qualquer tipo de associação, de agricultores detentores de pequenas propriedades e de trabalhadores rurais bem como as iniciativas econômicas, entre elas de natureza cooperativa e suas promoções de ordem assistencial e cultural” (Estatuto da FAG, 1966). Desta forma começou a organizar imediatamente sindicatos rurais, sendo que, em alguns municípios eram fundados sindicatos das duas correntes, da FAG e do MASTER.

Quanto a causa da articulação da Frente Agrária Gaúcha, Ilse Scherer acredita que “ela esta possivelmente se prende ao fato de, tanto a Igreja, quanto o grande proprietário verem a propriedade privada ameaçada por um possível movimento de cunho socialista” (Scherer, 1972). Corroborar com esta afirmação o fato de um dos fundadores da FAG posteriormente assumir a presidência da Federação das Associações Rurais (FARSUL).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo é fundado em 1962 e sua diretoria provisória foi constituída por integrantes da Frente Agrária Gaúcha.

É neste contexto da agricultura que se desenvolvem em Santo Cristo várias experiências de cooperativas de agricultores. Santo Cristo estava em vias de emancipação político administrativa, que aconteceu em janeiro de 1955, apartando-se do município de Santa Rosa. Uma das fortes queixas da comunidade na época foi a pouca presença dos poderes públicos no distrito, que inclusive, foi o principal motivo que levou a comunidade a votar maciçamente pela emancipação.

O resultado do plebiscito realizado em 20 de dezembro de 1953 demonstra bem esta insatisfação em relação ao distanciamento dos poderes públicos da comunidade. Votaram favoravelmente a emancipação 1487 pessoas e contrariamente apenas 43⁹. Era um contexto onde a busca da autonomia parecia uma obsessão.

⁸ O Movimento Sem Terra (MASTER) surgiu a partir de um movimento pró-sindicalização em curso no país a partir da criação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e seguia a orientação da Superintendência da Política Agrária (SUPRA) criada em 1962 pelo governo de João Goulart e que começou a organizar Sindicatos de Trabalhadores Rurais com fins de execução da Reforma Agrária. O MASTER tinha entre seus líderes integrantes da Igreja Católica e do Partido Comunista.

⁹ Fonte: Jornal Tribuna Livre de Santo Cristo, edição nº187 - especial dos 50 anos de emancipação político-administrativa de Santo Cristo - 28 de janeiro de 2005, página 03.

O cooperativismo, no contexto Nacional, vivia uma fase mais estável. A revolução de 1930 havia criado condições para que ele fosse reconhecido como uma necessidade nacional. A promulgação do Decreto 22.239 de Getúlio Vargas deu amplas liberdades para a constituição e o funcionamento de cooperativas no Brasil, pois apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista. Esse decreto que foi revogado duas vezes, ressurgiu em 1945, permanecendo em vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos que isso causou, foi uma fase de muita liberdade para formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais.

As entidades cooperativas ficaram isentas do ICMS. Esta isenção representava uma economia considerável na comercialização e serviu de estímulo para a formação de cooperativas.

Segundo um dos entrevistados que, para efeitos de manter no anonimato denominaremos aqui de E1, é sacerdote e apoiador até hoje de organizações cooperativas, as pequenas cooperativas em Santo Cristo surgiram a partir das facilidades oportunizadas por uma Lei Estadual da época que possibilitava a isenção de tributos na venda de produtos entre associados de uma cooperativa. Esse teria sido, segundo o entrevistado, o motor principal que fez mover as cooperativas. As expectativas dos seus fundadores eram de melhorar suas condições econômicas e as cooperativas se tornavam, na visão de E1 “um bolicho de vantagens”. Para ele, a concentração das informações e do controle na mão dos gerentes dificultou a ação dos associados.

Para Walter Frantz, a comunicação entre cooperativas também tem importância fundamental:

“Associados e cooperativas precisam trocar suas experiências de cooperação. Sem esta troca de experiências, perde-se uma fatia apreciável do capital social de uma cooperativa. Mas esse capital só pode ser ativado se houver comunicação. Para comunicar-se, para dialogar e cooperar, não é preciso se enxergar, necessariamente. O importante é ter algo em comum e estabelecer os meios e os instrumentos da comunicação” (Frantz, 2002 p.29).

Ele vai além ao afirmar que a comunicação é inerente ao ser humano se constitui num poder na organização:

“A comunicação está na base da organização humana. Sem comunicação não há organização social. A organização é algo que está na base do poder. O poder é construído pela comunicação, pela organização. Por

isto, é muito difícil organizar poder, sem a escrita, sem a leitura, isto é, sem a comunicação” (Frantz, 2002 p.29).

Um outro entrevistado, E2, cooperativista há mais de vinte anos e atualmente exercendo o cargo diretivo em uma Cooperativa da Agricultura Familiar, aponta como principal deficiência das cooperativas deste período a falta de qualificação de seus administradores. “Eram simples colonos que carregados de boa vontade, mas com conhecimentos limitados, assumiam os cargos de direção” - relata. Ele conta que cresceu ouvindo queixas do pai que era sócio da Cooperativa de Rolador Alto¹⁰, principalmente em relação a concessão de crédito sem limite aos associados. Com tanta liberdade, muitos acabavam abusando e compravam mais do que tinham condições de entregar em produto. Na época o porco era o principal produto de comercialização. “Havia agricultores que entregavam uma carga de trinta porcos, para época isso representava muito, e isso não cobria as compras que já haviam feito anteriormente” recorda. E2 ainda observa que o pai nunca aceitou um cargo na cooperativa, baseando-se na seguinte afirmação: “Não aceito cargo porque a gente precisa dizer não”. Dizer “não” significava impor limites ao crédito dos associados, algo que certamente geraria desavenças e conflitos. Aos poucos a situação foi se tornando insustentável. Com o avanço da inflação, essa prática de crédito foi corroendo o capital da cooperativa que passou a enfrentar dificuldades e acabou fechando.

Sobre os dirigentes destas cooperativas E1 e E2 apontam a existência de três tipos de dirigentes:

- honesto e despreparados para o cargo
- honesto e preparados
- desonesto e competente

Ambos afirmam que o que menos existiu foram os da segunda opção. Na maioria dos casos, os presidentes eram honestos, mas lhe faltava qualificação para conduzir as cooperativas diante dos novos desafios da inflação e da modernização da agricultura. A honestidade vinha geralmente acompanhada no excesso de confiança nas pessoas. E2 observa que um dos presidentes da cooperativa da Rolador Alto, Bernardo Schreiner confiava demais nas pessoas, que elas cumpririam com sua palavra, o que muitas vezes não acabava se confirmando. Muitos agricultores acabaram perdendo dinheiro e isso colocou a instituição

¹⁰ Comunidade próximo a sede do município de Santo Cristo.

cooperativa em cheque. “Por muito tempo as discussões na comunidade giravam em torno dos equívocos cometidos na gestão da cooperativa que fizeram com que ela chegasse a tal situação”- relembra E2.

Já o entrevistado E1 é mais enfático ao fazer a crítica aos associados. Ele chega a afirmar que “o associativismo não é o forte do povo alemão e italiano na nossa região”. Para ele a comunidade religiosa funciona bem, mas a econômica não. E1 critica “a visão do povo de tirar vantagem direta ou indireta”. Citando a cooperativa de Rolador Alto, E1 lembra que o Banco do Brasil fez uma tentativa de ajudar a entidade para salvá-la da falência, propondo um financiamento de cotas. No início a maioria concordou com a proposta, mas na hora de assumir, metade desistiu, esperando para ver o resultado. Se desse certo, entrariam também.

E1 também critica a falta de unidade entre as cooperativas, que poderia ter sido um canal de troca de experiências e ampliação dos conhecimentos dos seus administradores.

Já um outro entrevistado que aqui denominaremos de E3 destaca o pioneirismo em muitos aspectos do cooperativismo. Ele lembra que a primeira vaca holandesa que veio para o município e o primeiro caminhão de calcário, veio pela cooperativa Ideal, que se localizava no entroncamento da Rua Olavo Bilac e da Avenida D. Pedro II. E3 também recorda que a compra dos suínos era feita em pequenas quantidades (geralmente de um a cinco animais) junto aos associados e os animais era deixados em um chiqueiro construído junto a sede até ter o número suficiente para um carregamento de caminhão. E3 recorda que as cooperativas do período conseguiram reduzir o controle que os “bolicheiros”¹¹ mantinham sobre os agricultores. Esse dado pode ser comprovado ainda hoje em certo aspectos. Na cidade de Santo Cristo, os três supermercados de maior circulação de clientela são os administrados por cooperativas. O caráter desta freguesia, e os motivos que a levam para os supermercados da cooperativa não iremos aprofundar aqui, mas a informação corrobora com a afirmação de E3.

E3 afirma que quando saiu da cooperativa Ideal, a dívida dos associados com a cooperativa era maior que seu estoque. Questionado sobre o que havia levado a esta situação, sua resposta não difere das anteriormente apresentadas, ou seja, a inflação, que não foi absorvida e compreendida pelos associados e o excesso de crédito e de confiança no associado.

¹¹ Proprietários de armazéns de mantimentos e insumos e que faziam a compra da produção agrícola junto aos produtores.

Nosso outro entrevistado, que denominaremos de E4 foi gerente da Cooperativa Agrícola Mista Ideal de Santo Cristo entre os anos de 1958 e 1963. A Ideal iniciou com filial da Cooperativa Mista São Luiz, com sede em Cinquentenário, no município de Tuparendi, mas a dificuldade de gerenciamento fez com que ela se tornasse autônoma, recebendo esse nome. Os irmãos Edgar e Leonardo Kerkoff, fundadores da São Luiz, tinham o objetivo de incentivar a organização cooperativa na região.

E4 recorda que a condição de gerente não significava nenhuma regalia, pois ele acompanhava o motorista da cooperativa na coleta dos suínos nas residências dos associados, e por vezes viajava até para São Paulo para vender a carga. No período em que ele foi gerente, a cooperativa possuía aproximadamente 150 associados. Cada associado entrava com uma cota capital inicial no valor de CR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). As assembléias dos associados eram anuais com a prestação de contas e sempre acompanhadas de festejos. Já a diretoria se reunia mensalmente para acompanhar as contas. E4 recorda que as notas fiscais eram feitas todas a lápis.

Segundo E4, muitas vezes comerciantes denunciavam as cooperativas, pois cada produtor podia vender até um certo valor sem ICMS. O que muitas vezes ocorria eram arranjos passando alguns porcos para outro produtor para escapar dos impostos. A venda para não sócios era proibida. A confiança dos agricultores na cooperativa era muito grande. Agricultores do vizinho município de Alecrim vinham se associar na Ideal de Santo Cristo para comercializar seus suínos. E4 lembra que, na época em que era gerente, a Ideal comprou um caminhão novo. Os agricultores mais fortes foram questionados se pudessem deixar seu capital mais tempo na cooperativa para evitar que esta contratasse empréstimos para efetuar a compra, ao que foram prontamente atendidos, e realizaram a compra à vista. “A chegada do caminhão Ford à cidade foi uma festa para os associados e a comunidade em geral, que não escondia a curiosidade.” Recorda. Muitos agricultores não retiravam seu dinheiro, deixando-o depositado na cooperativa, apenas retiravam o necessário em produtos. E4 também recorda de alguns fatos pitorescos, mas que ajudam a compreender melhor a época. Um deles é referente a compra de tecidos. Geralmente a compra era feita em fardos para reduzir o custo. No entanto, a pouca oferta de variedade fazia com que era possível identificar na missa aos domingos quem era esposa de associado da cooperativa pela cor do vestido que usava. Aos poucos a vaidade fez com que o gerente reduzisse as quantidades de tecido da mesma cor e estampa, pois as mulheres queriam mais opções.

Quanto a preocupação com a educação, E4 afirma que não havia um programa que visasse a formação do associado. “O associado entrava na cooperativa porque ele queria algo que fosse dele”, argumenta. No entanto, recorda que um dos aspectos que gerava muitos comentários e discordâncias era sobre a cobrança ou não de juros nas compras a prazo.

Questionado sobre os motivos de sua saída da cooperativa ele afirma que percebia que, da forma com que a cooperativa estava caminhando, ela não teria futuro. Na tentativa de problematizar esta afirmação sentencial, encontramos a mesma resposta já manifestada por outros entrevistados, ou seja, a questão da inflação e a pouca capacidade de atuação no novo cenário da modernização da agricultura pelos administradores. Após sair da cooperativa, E4 foi trabalhar um período no Frigorífico Prenda na cidade de Santa Rosa, um dos compradores dos suínos da Ideal, e posteriormente passou a atuar no serviço público.

Um outro entrevistado, que aqui denominaremos de E5 esteve presente na fundação de uma das maiores cooperativas da região, que é a Mista São Luiz, que teve seu início em 1955 em Cinquentenário, município de Tuparendi. Questionado sobre os motivos de criarem uma cooperativa, E5 aponta a exploração do comércio sobre o agricultor, a inexistência de amparo e assistência técnica para quem trabalhava no meio rural e o completo abandono do governo. E5 conta com detalhes as visitas que seu irmão fazia para convencer os agricultores a fazer parte da nova entidade, que após muito trabalho e diálogo iniciou com 49 associados. “A adesão dos agricultores foi rápida e em questão de dois meses a cooperativa já possuía cerca de 200 associados” - lembra. Segundo E5, esta adesão foi motivada por dois fatores: a confiança nas pessoas que lideravam o movimento e a expectativa de viver uma experiência de cooperação, fugindo do domínio do comerciante. Ele recorda que nos bailes que eram realizados na época, a mesa do comerciante sempre estava farta de bebidas, enquanto os agricultores não tinham muito a gastar.

A proximidade com a família do associado, discutindo o que a cooperativa deveria trazer para melhorar a vida e a transparência com que os problemas eram apresentados geravam um comprometimento do associado, que segundo E5, entregava toda sua produção na cooperativa e dificilmente comprava em outro lugar o que a cooperativa oferecia. “Em Cinquentenário ninguém podia falar mal da cooperativa”, observa.

A reação a este processo cooperativo, no entanto, partir de dois focos principais: um deles era naturalmente os comerciantes de várias cidades próximas que perdiam força e o

outro, curiosamente, era o padre da Paróquia, que diferente de E1, não apoiou a iniciativa. Tratava-se de uma aparente perda de “poder” do sacerdote sobre o seu rebanho, pois o espaço da cooperativa permitia aos associados oportunidades de informação que fugiam do seu controle.

Para atender melhor seu quadro social, a Cooperativa Mista São Luiz colocou à disposição dos associados atendimento dentário, chegando a ter cinco profissionais totalmente custeados pela entidade. O atendimento técnico, agrônomos e veterinários também era gratuito aos associados.

Para E5 a cooperativa era o espaço da discussão, da contestação, onde os associados traziam muitas sugestões, uma verdadeira escola que defendia algo em comum. E5 ajudou a criar 10 cooperativas na região, entre elas a Ideal de Santo Cristo.

No aspecto político, E5 lembra que a Cooperativa Mista São Luiz estimulou a emancipação de Tuparendi e participou da 1ª administração, além de empreender diversas lutas para derrubar leis que prejudicavam as cooperativas.

Muitos aspectos destacados por E5 são reforçados por um outro entrevistado, que denominaremos de E6. Ele mora no município de Santo Cristo, mas foi um dos sócios fundadores da Cooperativa de Cinquentenário. No entanto, em pelos menos um aspecto E6 mostra contradição. Em sua fala, ele lembra que o associado era forçado ou coagido a entregar a produção e efetuar a compra dos mantimentos na cooperativa. Mas e E6 não via nisso problema algum, pois argumenta que a cooperativa o atendia bem e era administrada honestamente.

E6 recorda que neste período, por volta de 1955, o porco era o principal produto de venda do produtor, mas não havia comércio para carne, apenas para a banha. Criava-se o porco crioulo (preto) especial para banha. Um animal com pouco pelo, da raça Moura originária do sul do Brasil. “A gente não conseguia consumir a carne toda e às vezes jogávamos parte do salame que fabricávamos para os porcos para poder carnear novamente, pois havia animais que chegavam a estourar de tanta banha” lembra.

A cooperativa buscou resolver a situação buscando mercado para a carne suína, fato que veio contribuir muito para a economia das famílias.

Nosso sétimo entrevistado (E7) tem uma história de vida intimamente ligada ao cooperativismo. Ele recorda que, desde pequeno acompanhou o processo na região, pois seu pai era associado de uma pequena cooperativa na comunidade de Linha Salto, interior do município de Santo Cristo. Adquiriu o espírito cooperativo ao ver seu pai defender esta idéia, mesmo que a cooperativa não tivesse durado muito tempo. Outra recordação marcante de E7 é a de que recebeu de presente de casamento um porco pequeno, algo comum para a época, que quando gordo, serviu para pagar a “jóia”¹² e se associar na cooperativa da Linha Rolador Alto. Para sua decepção, no primeiro ano de associado a cooperativa faliu e seu capital e os associados foram integrados a Cooperativa Mista São Luiz, da qual é sócio até hoje e já exerceu cargos no Conselho administrativo. Questionado sobre os motivos da falência de muitas cooperativas na época, ele acredita que muito se deve a ação dos comerciantes da época, diretamente prejudicados pela concorrência das mesmas. No entanto, os comerciantes não são os únicos vilões da história, pois segundo ele a falta de maturidade e de consciência cooperativista de muitos associados foram decisivas. “Se houvesse consciência cooperativa, nenhum comerciante teria conseguido prejudicá-la”, comenta. E7 também destaca que quando a cooperativa começou a atrasar o pagamento, muitos venderam seus porcos aos comerciantes e comenta com tristeza e uma ponta de revolta que muitos sócios viviam se aproveitando da cooperativa por causa da não cobrança de juros.

Hoje sócio de uma grande cooperativa agrícola e de uma cooperativa de crédito, E7 acredita que a consciência cooperativista tenha crescido no meio do povo, mas vê com preocupação algumas ações das cooperativas, que segundo ele, estão fugindo do seu sentido originário. “A preocupação com o associado vem diminuindo. Trabalha-se com grande quantidades e se descuida dos pequenos detalhes, fundamentais para melhorar a vida do pequeno agricultor” - lamenta. Como exemplo cita a não aceitação de determinados produtos agrícolas durante todo o ano, o que prejudica o pequeno agricultor, e a preocupação demasiada em conquistar o público não associado para adquirir produtos no Supermercado, fazendo com que o associado por vezes não seja bem atendido, e as promoções geralmente não podem ser usufruídas pelos mesmos.

Sobre o cooperativismo de crédito, do qual foi um dos primeiros associados no município e comprou o telefone para a entidade poder iniciar seus serviços em Santo Cristo, E7 tem uma forte preocupação em garantir que a preocupação central permaneça com o

¹² Termo muito utilizado localmente para designar a taxa de associação em uma entidade comunitária.

associado rural. Com a recente abertura para outros seguimentos, ele teme que aos poucos se perca esta centralidade no atendimento ao setor agrícola.

No nosso oitavo entrevistado, que passaremos a denominar de E8 encontramos razões mais contundentes para justificar as falências das cooperativas. Trata-se de uma expressiva liderança cooperativa, ex-presidente de uma grande cooperativa da região e que se configura em uma das maiores lideranças na defesa da organização associativa e cooperativa. E8 aponta a política econômica dos governos militares que assumiram o governo em meados da década de 1960. Para ele, o plano econômico impôs regras de financiamento impossíveis de serem acessadas pelo universo das pequenas cooperativas. “Os bancos só aceitavam intermediação das cooperativas tritícolas. Estas recebiam apoio e incentivo do governo para tocar a implementação dos projetos da modernização agrícola”, aponta. Ele cita um exemplo prático que corrobora na sua tese, que é o dos moinhos. Em Santo Cristo, como de resto toda região, tinha um grande número de moinhos de trigo e milho. Com a política do governo de subsídio ao trigo, foram impostas quotas de aquisição do produto, que inviabilizaram os pequenos moinhos que não tinham capital suficiente e estrutura de armazenamento para tal.

E8 não discorda de alguns argumentos apresentados anteriormente, como o fato de não haver uma maior integração, tanto que hoje é coordenador de uma central regional de cooperativas, mas defende que não podemos creditar o fechamento ou a incorporação das pequenas cooperativas nas décadas de 1960 e 1970 somente a má gestão ou a falta de competência dos seus líderes, “pois estaríamos acobertando as ações nefastas das políticas de governo da época que impuseram um modelo produtivo para a região e somente recebia recursos quem a ele se adequava” aponta.

3.1 A DÚVIDA COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO SUJEITO

Não podemos discordar que o aspecto econômico era preponderante na constituição das primeiras cooperativas e associações em Santo Cristo na década de 1950. Mas também temos que destacar, e este tem sido o nosso alvo principal, o aspecto cultural. As cooperativas e associações oportunizaram aos seus associados um espaço onde os dogmas e as “verdades” abriam espaço para um princípio fundamental para que haja novas aprendizagem e avanços, que é a dúvida. Pois é na dúvida que se opera a passagem à consciência crítica. Como já dizia Descartes, “duvidar é existir”. “Duvidar significa agir como sujeito e se afirmar como tal. Por

meio dela opera-se uma retomada, uma ruptura das regras do jogo”, argumenta Gadotti. (1995, p.41)

Na cooperativa a dúvida era elemento sempre presente. Ao contrário da Igreja onde os dogmas e a retidão dos seus professores estavam acima de quaisquer questionamentos, e da escola onde a verdade do professor era um decreto que não permitia ponderações, na cooperativa o associado, a princípio, podia questionar, criticar e reclamar a vontade. No entanto, os relatos dos entrevistados não demonstram que estas prerrogativas tenham sido muito utilizadas pelos associados no espaços adequados e formais, que eram as assembléias anuais de prestação de contas, que geralmente vinham acompanhadas de uma festa de confraternização. Ao que nos parece, a educação repressiva recebida em casa e as experiências de convivência na comunidade e na escola deixaram marcas profundas. No entanto, foi nos espaços informais, como a conversa em frente a igreja antes da celebração dominical, no chimarrão do domingo de tarde com a vizinhança, durante o jogo de baralho ou bocha e nas visitas entre famílias que as discussões começaram a ganhar força. Era nesses grupos menores que as pessoas revelavam suas opiniões, suas críticas e suas dúvidas em relação aos caminhos a serem trilhados pela entidade. Era nestes momentos que os sujeitos se revelavam como tais, pois aconteciam discussões acaloradas, onde além de colocar sua opinião, ouvia dos outros raciocínios diferentes e acabava por aperfeiçoar sua compreensão, em alguns casos até mudando de idéia. Para Maturana a conversa, na ação educativa, é elemento central na relação que produz o conhecimento. Para ele: “A palavra conversa vem da união de duas raízes latinas, ‘cum’, que significa ‘com’, e ‘versare’, que significa ‘dar voltas’, de maneira que conversar, em sua origem, significa ‘dar voltas com’ outro” (Maturana, 1998a, p. 80). A conversa constitui-se, assim, em um espaço relacional por excelência na ação educativa.

Duvidava-se dos rumos da cooperativa, mas também duvidava-se da capacidade do gerente, do presidente, e até dos funcionários. Um dos entrevistados recorda que uma das grandes discussões na cooperativa Ideal no início da década de 1960 era sobre a questão do juro. Havia uma compreensão que norteava as ações do dia a dia da entidade de não inserir o juro nas transações comerciais. No entanto, a inflação no período atingia índices elevados. Os agricultores não conseguiam admitir que uma grandeza (seu produto de venda, o porco, os ovos, a nata, etc.) transformada em valor simbólico (dinheiro) poderia perder valor com a inflação. Por este motivo, a maioria dos associados se mostrava contrário a cobrança de juros, tanto nas vendas a prazo, quanto nos depósitos de dinheiro deixados na cooperativa. Muitos

“agricultores fortes”, como eram denominados os produtores com um pouco mais de poder aquisitivo, deixavam suas economias depositadas na cooperativa, que as utilizavam para suas transações comerciais. Essa iniciativa perpassa o aspecto econômico e entra na esfera política da cooperativa, uma vez que acreditava-se que este era um dos princípios do cooperativismo e, mais do que isso, um dos valores do cristianismo. Um agricultor lembra que, quando se efetuava a compra de uma remessa de mercadoria, o preço estabelecido para sua revenda levava em conta o custo do produto e mais um pequeno percentual a título de manutenção da cooperativa, desconsiderando-se o fator inflacionário. Como as compras da cooperativa eram feitas geralmente à vista, no momento da reposição dos estoques, o dinheiro arrecadado com a venda do estoque anterior não comprava a mesma quantidade de produtos. Aos poucos, essa defasagem pôde ser vista no balcão de vendas da cooperativa, que ainda não funcionava com o auto-atendimento característico de hoje, com a diminuição dos estoques de mercadorias. Esse fato suscitou a desconfiança sobre o gerente, o presidente ou o funcionário, acreditando-se haver ali atitudes ilícitas por parte destes.

Mas nem todo mundo concordava com a não cobrança de juros. Os motivos para tal posição podem ser diversos. Conforme relatos de um antigo integrante de diretoria de uma delas, um dos motivos desta contrariedade residia na percepção de que havia associados que se aproveitavam da situação para ganhar dinheiro. “Comprava produtos a prazo na cooperativa na promessa de entregar uma remessa de suínos, mas acabavam repassando os animais aos comerciantes, onde recebiam o pagamento em dinheiro e prorrogavam o pagamento à cooperativa” comenta. Atitudes deste tipo não eram tão esporádicas, e causavam revolta de alguns associados, que por vezes acabavam na expulsão dos aproveitadores, ou então na saída dos associados corretos.

Outro motivo que levava alguns associados a defender a cobrança de juros era a percepção de que o capital da cooperativa vinha sendo consumido pela prática adotada e que em pouco tempo inviabilizaria o negócio, pois haviam feito uma leitura mais detalhada da conjuntura do momento. Alguns dos defensores desta idéia eram credores da entidade e estavam preocupados com os seus rumos, pois suas economias provenientes de muito trabalho poderiam estar sendo devoradas pela inflação. Isso não significa dizer que eles não tinham sentimento cooperativo e estavam apenas preocupados com o seu capital. A preocupação particular existia sim, mas é bem verdade que ela não resume a justificativa deste ponto de vista. O que estes percebiam é que a cooperativa, que tantos benefícios trazia a seus associados estava falindo por não conseguir se adaptar ao novo contexto da economia.

Esse é um dos temas polêmicos que suscitava discussões tensas acerca da cooperativa. Podemos perceber aqui que, ao defender posições diferentes, os associados apresentam leituras da conjuntura feitas a partir de conversas, acompanhando notícias e percebendo os fatos da realidade. Portanto, configura-se aqui um dos aspectos centrais da nossa pesquisa. A dúvida que aparece a partir da contestação, que é possível neste espaço da cooperativa, produz novos conhecimentos, e mais do que isso, forma lideranças, pessoas pensantes que acabam construindo a consciência de que podem interferir nas decisões, ou pelo menos são livres para pensar sem dogmas ou verdades absolutas.

Ao ser questionado sobre a contribuição da cooperativa, como espaço diferenciado da escola e da Igreja, para a formação do sujeito, E2 é enfático em dizer que: “O aspecto dominador da igreja e da escola, fez com que as pessoas não questionassem muito as instituições e seus dirigentes. Por isso até hoje o povo ainda não questiona muito. Mas na cooperativa havia o espaço para questionamento e para a discordância”. Essa possibilidade oferece ao sujeito uma oportunidade ímpar de auto-conhecimento de auto-consciência.

Podemos afirmar então que entendemos a importância do processo relacional na ação educativa como um processo de autoconsciência. Para Maturana:

A autoconsciência não está no cérebro – ela pertence ao espaço relacional que se constitui na linguagem. A operação que dá origem à autoconsciência está relacionada com a reflexão na distinção do que distingue, que se faz possível no domínio das coordenações de ações no momento em que há linguagem. Então a autoconsciência surge quando o observador constitui a auto-observação como uma entidade ao distinguir a distinção da distinção no linguajar (Maturana, 1998b, p. 28).

A autoconsciência aparece aqui mais abrangente do que uma concepção de autoconsciência como consciência de si enquanto si mesmo. Passa a ser uma consciência de si na relação, já que na relação é que se estabelece a identificação do outro como legítimo outro. O conhecimento passa a ser compreendido como organização do vivo nas relações que vai vivenciando, como fenômenos. O próprio ato de conhecer-viver se constitui em uma leitura da relação cognoscente-vivente. Por isso, nesta perspectiva, o conhecer-viver é elemento fundamental no processo de conscientização.

O pressuposto da afirmação da centralidade do conviver no processo educativo reside no fato de este conviver não constituir-se simplesmente em estado. No sentido de ter dois ou mais sujeitos intocáveis um ao lado do outro. Trata-se de uma relação, no sentido de um ser tocar o outro ser nesse contato. Porque na relação há, por conseguinte, modificação, mais ou menos perceptível, dos sujeitos envolvidos nela. E se há modificação, há conflitos.

Como as experiências cooperativas e associativas acontecem a partir de demandas econômicas e, mais precisamente de subsistência, tudo que se relacionava com a entidade era de interesse direto também de seu associado, portanto aproximava as relações e tocar o outro referido no parágrafo anterior era constante.

3.2 O CONSTANTE RECOMEÇO

Podemos afirmar que a história do cooperativismo em Santo Cristo se confunde com a história da agricultura, sendo que as cooperativas desenvolvidas no município até 2005 têm origem no setor da produção primária. Conhecendo a realidade do município, que ainda em 2005, apesar de todo processo de urbanização da sociedade, especialmente nas décadas finais do século XX, ainda mantém metade da população no campo¹³ em pequenas propriedades e a agricultura permanece como principal fonte econômica do município, essa afirmação soa como desnecessária. No entanto, apesar de ser organizada a partir de demandas e necessidades do setor agrícola, ela não se restringe a ele, mas vai muito além.

As experiências cooperativas de Santo Cristo têm na sua raiz motivações econômicas e políticas. No aspecto econômico, a cooperativa veio atender uma demanda local por insumos e equipamentos agrícolas e mantimentos domésticos como querosene, tecido, sal, entre outros, além da comercialização de sua produção, sem a interferência dos comerciantes, que muitas vezes se aproveitavam do trabalho dos agricultores e os exploravam nas transações comerciais. O comerciante, pela sua facilidade de contatos com os centros urbanos, acabava tendo acesso a um conjunto de informações e possibilidade de prestar pequenos favores, que lhe acabavam oferecendo um determinado poder e status na comunidade. Além deste aspecto, as cooperativas contavam com algumas isenções de impostos, como o ICMS, fato que representava um ganho considerável aos cooperativados. No aspecto político, o surgimento das cooperativas veio de certa forma reduzir o poder do comerciante, que foi parcialmente repassado e assumido pelo gerente ou presidente da cooperativa. De outra parte, ainda no

¹³ Anexo 1

aspecto político, a preocupação da Igreja Católica em contribuir com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, como forma de impedir a proliferação de idéias comunistas, muito debatidas neste período de guerra fria e organização de movimentos revolucionários também merece destaque. Além disso a distância do poder público da comunidade foram elementos impulsionadores do cooperativismo no município.

Conforme já destacava Walter Frantz, (2002 p.32) “os agricultores de economia familiar esperam encontrar no cooperativismo um instrumento de organização e poder em defesa de suas necessidades e interesses”.

Arthur Blásio Rambo, vai além nesta justificação afirmando que:

“parece fora de qualquer dúvida que os imigrantes aqui chegados carregavam em sua bagagem um tal ou qual instinto de se associarem a fim de enfrentar os mais diversos desafios. A imagem da vara isolada que se parte sem dificuldades e do feixe que resiste a tudo serviu lhe de paradigma para resistirem, para sobreviverem, para medrarem em meio à nova e desconhecida situação” (Rambo, 1988 p.36).

Entendendo aqui a palavra instinto como algo que está na natureza do ser, acreditamos não ser um equívoco a afirmação de Rambo. O constante recomeçar, mesmo que não seja pelos mesmos atores sociais, e até por isso, corrobora com esta tese. Não são as mesmas pessoas que, por teimosia, insistem nesta prática, mas sim uma mistura de pessoas que já viveram experiências e outras que só as conhecem na teoria, que juntos insistem em levar o cooperativismo e associativismo adiante, por considerar uma saída plausível para suas demandas.

Procuramos traçar neste estudo de caso uma linha condutora que demonstra que o associativismo e o cooperativismo contribuem decisivamente para o desenvolvimento cultural da comunidade de Santo Cristo. E isso fica evidente ao perceber que tais práticas resistem há mais de 70 anos na realidade local, apesar dos fracasso que colheram ao longo do tempo. Nasceram e renascem experiências desta natureza. As cooperativas e associações não são lugares imunes ao fracasso. Mas conforme afirma Walter Frantz, isso não os desfigura enquanto processos educativos.

“ Erros e fracassos não invalidam o significado desta experiência no campo da educação, pois, é das falhas que se aprende. O ser humano aprende mais dos seus erros do que de seus acertos. Muito embora isso não seja sempre percebido claramente” (Frantz, 2002 p.33).

São sim, o cooperativismo e o associativismo, lugares de dúvidas e incertezas, mas que, por serem assim, carregam o germe da esperança, que abre novos horizontes, permite levantar novas perguntas. Para Frantz, “A esperança permite recomeçar, fazer agir. A partir da esperança, das dúvidas, podem se construir novas respostas”.

A esperança, aliada a dúvida, são o cerne da existência do ser associativo e cooperativo. Para Gadotti, a dúvida é elemento constituinte da pessoa humana como sujeito.

A dúvida é, pois, um ato de liberdade e de responsabilidade pelo qual um homem empunha, retoma a situação na qual vive, colocando-se como sujeito dela. Um ato, não uma ação entre outras; uma maneira de se reerguer, levantar a cabeça e fazer frente, caminhar e avançar. Se a dúvida significa agir como sujeito, podemos dizer com Descartes que duvidar é existir. Gadotti, 1995, p.41)

Percebemos que esta comunidade que produziu e viu nascer um grupo de pequenas organizações cooperativas e associativas, tem hoje na sua constituição a participação fundamental de três grandes cooperativas regionais (Cooperluz, Cotrirosa e Coopermil); duas cooperativas de crédito (Sicredi e Cresol); uma cooperativa de pequenos agricultores (Coopasc); uma organização sindical destacada pela combatividade, uma rede de associações que controlam o fornecimento de água potável no meio rural, uma Associação de prestação de serviços de máquinas, um Programa de Saúde Alternativo, uma rádio comunitária, um movimento de mulheres bem organizado colocando no debate a questão de gênero, uma organização de jovens que busca conservar as sementes crioulas, percebendo que em torno deste debate passa boa parte do poder da agricultura do futuro, e mais recentemente de uma cooperativa de trabalhadoras urbanas, podemos dizer que há algo de singular, que a diferencia das demais. Todo esse conjunto de entidades continua desenvolvendo os princípios presentes

nas primeiras organizações deste gênero, com suas especificidades inerentes ao momento histórico em que se constituem.

Podemos afirmar aqui que o associativismo e o cooperativismo produzem o novo, as novidades e fazem a diferença. Justificam portanto a denominação de serem espaços educativos, e conforme Frantz (2002 p.33) “guardam um dos processos de educação mais profundo e significativo de formação de uma ampla parcela da sociedade”.

A essência da teoria da Biologia do Conhecer do Maturana é que, como não podemos distinguir entre ilusão e percepção, a realidade somente existe a partir de um observador, que a decifra através de sua estrutura interna no momento em que a vivencia. O significado disto é que a “realidade” realmente não existe como verdade absoluta, e ela só se configura a partir do olhar do observador, no momento em que vai vivendo. Somos similares em nossa organização, mas nos transformamos a cada dia, em nossa estrutura, a partir das interações que temos. Assim, duas pessoas nunca terão estruturas idênticas e jamais poderão enxergar a realidade exatamente da mesma forma. Percebe-se aqui as contribuições que um espaço de interação como a cooperativa pode contribuir na construção dos conhecimentos.

Na maioria das vezes achamos que quando terminamos de falar, o ouvinte compreendeu exatamente onde queríamos chegar. A verdade é que a coisa não é bem assim. A partir deste princípio podemos compreender porque as organizações têm resultados tão desapontadores com os investimentos que fazem em treinamentos.

“A gente vive o nosso viver como se fôssemos o centro do universo, e não poderia ser diferente”, diz Maturana e como todo ser humano opera como um sistema fechado determinado pela sua estrutura e tudo acontece dentro dele, temos ainda a emoção e o contexto histórico como geradores da infinita variabilidade das múltiplas realidades e dos múltiplos mundos que enxergamos daquilo que hoje percebemos como “realidade”. Conforme, como observador fomos nos dando conta de que o mundo no qual a gente vive só surge a partir do viver e do olhar de cada um. Começamos a entender melhor que os mundos diferentes que surgem nascem dos diferentes modos de viver e conviver.

Considerações finais

Quando iniciamos o trabalho imaginávamos que o tema poderia estar acercado de um consenso, e que toda nossa argumentação poderia cair como um colírio nos olhos dos personagens da história, ou até, em muitos momentos como lembranças nostálgicas de um bom tempo que muitos bons frutos e conceitos deixou na comunidade. Talvez isto seja ingenuidade ou excesso de otimismo. Mas seja o que for, o certo é que logo no início percebemos que estávamos ligeiramente equivocados. O cooperativismo e o associativismo, nem de perto, são processos pacíficos. E, aliás, foi justamente por perceber isto quando definiu-se o tema para aprofundar nossos estudos, é que nos instigou a buscar as contribuições que estes ambientes de debate oferecem a formação cultural de seus participantes.

Ao concluir este trabalho que investigou a contribuição das organizações associativas e cooperativas na construção do conhecimento e educação num contexto determinado, acredita-se que a hipótese central deste tenha sido comprovada e temos condições de afirmar que o trabalho coletivo em suas diversas formas de organização repercutem no desenvolvimento cultural de um grupo. Em Santo Cristo, o trabalho coletivo assume uma importância decisiva para o desenvolvimento e a construção do conhecimento.

O município de Santo Cristo tem como característica marcante o fato de ter sido colonizado no início do século XX por descendentes de imigrantes alemães, predominantemente católicos e trazendo na bagagem uma tradição de experiências de trabalho coletivo. Apesar de permanecerem alguns caboclos, estes foram empurrados para regiões periféricas e tiveram importância reduzida pelo predomínio da nova cultura. Este fato possibilitou uma organização mais homogênea e a conservação de tradições, bem como obrigou os colonizadores a uma estratégia de organização para buscar a garantia da sobrevivência, podendo contar inicialmente muito pouco com infra-estrutura e auxílio do Estado. Estes elementos criaram as condições para o desenvolvimento de uma trajetória *sui generis* de ajuda mútua e organização coletiva, que vai além da comunidade religiosa, e da organização escolar surgida através desta, mas abrange aquilo que atinge de forma primeira o ser humano, que é a luta pela sobrevivência própria e do seus descendentes, ou seja, a organização da produção e do modo de vida.

Ao perceber o expressivo número de iniciativas que foram desenvolvidas ao longo do tempo, mesmo algumas não tendo vida longa, e ao perceber que a idéia renasce constantemente ao longo de mais de 70 anos, desde a fundação da Caixa Rural até a criação da Cooperativa de Mulheres Urbanas em 2005, percebe-se que o espírito cooperativo não esmoreceu. Mas se isto pode ser afirmado como uma verdade, é verdade também que acontece uma duplicidade de organizações da mesma área de atuação. Inicialmente este fato se deve a característica comunitária de abrangência que a organização possuía. Porém posteriormente outros fatores, que merecem um olhar mais detalhado, impedem esta aproximação. Por que associados da Cotrirosa e Coopermil local não se uniram para formar uma cooperativa de caráter municipal forte, e mais ainda, permitiram o surgimento de uma terceira cooperativa na mesma área de atuação, a Coopasc? Por que organizar uma Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol) se existe na cidade uma sede do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)? As respostas que obtivemos a estas perguntas giram em torno do aspecto do não atendimento das demandas dos agricultores por parte das organizações que atuavam no município, necessitando a criação de nova. No entanto, percebe-se que há razões maiores ocultas que serviriam de base para um novo estudo. Aliás, se as cooperativas estabelecidas não atendem a demanda dos agricultores, será que não se verifica aqui uma crise no conceito e nos princípios e finalidades das cooperativas, que devem Ter no atendimento das necessidades e no bem-estar do associado seus objetivos maiores? Ainda nesta linha de raciocínio, pode-se questionar se não faltou uma atuação mais incisiva por parte das lideranças cooperativas, bem como do poder público municipal em organizar uma cooperativa de pequenos agricultores de caráter municipal forte. que pudesse atender as demandas dos agricultores por assistências técnica, comercialização e crédito? Teriam os fatores político-partidários e ideológicos impedido este avanço e desperdiçado uma oportunidade singular de, aproveitando as condições históricas e econômicas, intensificar a cooperação trazendo resultados muito mais significativos?

Além deste aspecto, caberia também uma investigação acerca da contribuição que estas organizações cooperativas e associativas tiveram na manutenção do agricultor na sua propriedade, dado que o percentual de população rural e urbana está praticamente empatado no município, enquanto a realidade de outras cidades, bem como o cenário do país demonstram um grande êxodo rural e regional nas décadas finais do século XX, que apesar de também ter atingido Santo Cristo, não alcançou efeito tão devastador.

Outra questão que surge a partir deste estudo, que não está ligada diretamente ao tema aqui enfocado, mas que nem por isso é menos importante, é a maneira como se deu a integração entre os novos colonizadores e os caboclos, bem como a importância destes últimos para no desenvolvimento econômico e cultural do povo. Como eles estão hoje? Quais os postos de trabalho que ocupam? Onde moram? Como são vistos pela sociedade? Que percentual eles representam na população atual, no campo e na cidade? O êxodo rural entre eles foi maior? Como se integraram nas organizações dos colonizadores? São algumas perguntas que poderiam ser respondidas.

Temos a convicção de que a pesquisa aqui apresentada poderia ter avançado muito mais no aprofundamento do estudo sobre o caso de Santo Cristo. No entanto, algumas limitações precisam ser referidas. Uma delas é a escassez de registros documentais das primeiras organizações cooperativas, que em muitos casos foram perdidos, destruídos por pessoas que não tinham a consciência de seu valor histórico, e pela própria despreocupação em fazer registros escritos, além das anotações contábeis. Desta forma, depende-se muito da memória das pessoas que, apesar de serem detentoras de lembranças muito claras, carecem de precisão de datas e das principais polêmicas em cada período. Mas a intenção de aprofundar o estudo permanece, não por uma exigência formal ou para garantir titulação, mas por ter vislumbrado novos caminhos de pesquisa, novas hipóteses, mas fundamentalmente, por ter criado gosto pela atividade de pesquisar e perceber que ela é de fundamental importância para que essa história não se perca pela ação natural do tempo.

Referências

- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**. Ijuí-RS Editora Unijui., 2001.
- BOFF, Leonardo e ARRUDA, Marcos. **Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos: 2ª ed.** Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2001.
- BOUFLEUR, José Pedro. **Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí-RS. Unijuí, 1997.
- BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. 4ª ed. São Paulo - SP Editora Brasiliense – , 1987.
- _____. **O que é educação**. 33º ed. São Paulo - SP, Brasiliense 1995.
- BÜTTEMBENDER, Pedro Luiz. O cooperativismo e o desenvolvimento regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região do grande Santa Rosa. **In: Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: UNISINOS, v.29, n.86, Série Cooperativismo n. 36, p 99-142, 1995.
- BRUM, Argemiro J. e TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Agricultura Brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Ijuí – RS, Ed. Unijuí, 2004.
- Cadernos CEDOPE. Série - **Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano**. N °12. Unisinos, 1994.
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. 10ª edição, São Paulo, Duas Cidades, 2003
- DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência**. São Paulo, Ed. Atlas: 1985.
- FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam**. In-Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3 nº6 jul/dez 2001p.242 a 264.
- _____. Afinal, por que existem cooperativas e qual seu significado social? In Manfio, Antônio João (Coord.). **Capacitação para um jeito novo de ser colono**. Frederico Westphalen: Ed. Da URI, 2002, p.28-35.

_____. **A organização cooperativa é um lugar de educação** – uma reflexão sobre a cooperação e a educação. Ijuí - RS, Editora Unijuí, 2002.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento pelo Cooperativismo.** (Cadernos Unijuí) Ijuí - RS, Editora Unijuí 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa. *In:* BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante.** 4ª ed., Editora Brasiliense, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** 2ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paul: Cortez, 1999.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. - Métodos em Pesquisa Social. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** 8ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1989.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª edição, Porto Alegre, Editora Bookman, 2001.Reimpressão 2004.

KREUTZ, Lúcio. **O professor Paroquial:** magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS/UFSC/EDUCS, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. “Reforma o revolución” *In:* **Obras Escogidas.** Bogotá, Editorial Pluma, 1976. P. 47-118.

MANUAL DO LÍDER DO CLUBE 4-S, publicado pela ASCAR – Serviço de Extensão Rural do Rio Grande do Sul em 1971.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso** – o princípio da pesquisa. Ijuí – RS, Editora UNIJUÍ, 2003.

_____. **Conhecimento e modernidade em reconstrução.** Ijuí – RS, Editora Unijuí, 1993.

MARX, Karl, ENGELS, Fridrich. **A Ideologia Alemã.** 7ª Ed., São Paulo: Ucitec, 1989.

MATURANA, Humberto. **Ontologia da Realidade.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997b.

_____. **Emoção e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte Editora UFMG, 1998a.

MORAIS, Marieta de (org.). **História Oral.** Rio de Janeiro, Editora Diadorin , 1994.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky. aprendizado e desenvolvimento** – um processo sócio-histórico. São Paulo, Editoria Scipione, 1989.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin – A educação e a complexidade do ser e do saber;** 5ª Ed., São Paulo, Editora Vozes, 2001.

PHILIPSEN, Adair e WALLAU, Renato. **Naqueles Tempos....**Santa Rosa – RS, Coli Gráfica e Editora, 2001.

RAMBO, Artur Blásio. **O Associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil.** Eduni-sul, 1988.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTTA Elemar. **A construção do Desenvolvimento** – análise de um “modelo” de Interação entre Regional e Global – A experiência de Santa Rosa. Ijuí - RS, Ed. Unijuí, 1999.

SCHALLENBERGER, Erneldo e HARTMANN, Hélio Roque. **Nova Terra Novos Rumos.** Santa Rosa, Barcelos Livreiro e Editor, 1981.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre, PUCRS, v.xxix, n.2 p.117-134, dezembro de 2003.

SCHERER, Ilse. **Associativismo e sindicalismo Rural no Rio Grande do Sul** – Tese de conclusão dos cursos de Pós-Graduação da UFRGS, Porto Alegre: JEPE/URRGS, 1972.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo Ed. Unissinos, 1991

TIRIBA, Lia. **Economia popular e Cultura do Trabalho** – Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí - RS, Editora Unijuí, 2001.

VEIGA, Sandra Mayring e FONSECA, Isaque, **Cooperativismo** – uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A-Fase, 2001.

WAUTIER, Anne Marie. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí- RS Ed. Unijui, 2001

ZARTH, Paulo. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí - RS, Ed. Unijuí. 1997.

ANEXO I

Evolução da população de Santo Cristo*

Ano do Censo	População total	População urbana	População Rural
1960	28.088	1.599	26.489
1970**	15.096	1.914	13.162
1980	15.312	3.152	12.160
1991	15.147	5.491	09.656
1996***	15.048	6.025	09.023
2000	14.890	7.283	07.607

*Município teve sua emancipação político-administrativa do município de Santa Rosa em 28 de janeiro de 1955

** No ano de 1963, aconteceu a emancipação político-administrativa do município de Alecrim, fato que causou uma grande redução da população rural de Santo Cristo.

*** No ano de 1993, Santo Cristo perdeu parte do seu território com a criação do município de Porto Vera Cruz.

ANEXO II

Mapa do Município de Santo Cristo (Fonte: site www.famurs.com.br)



Mapa do Rio Grande do Sul (Santo Cristo fica próximo a Santa Rosa)

Fonte: site www.portoimagem.com



ANEXO III

Roteiro de perguntas para as entrevistas*

- Apresentação inicial (Nome – idade)
- Qual foi seu envolvimento com o movimento associativo e cooperativo de Santo Cristo?
- Por que o Sr. se associou?
- Qual a importância que a cooperativa teve na vida do Senhor e de sua família?
- Como o Sr. avalia a contribuição que as organizações de trabalho coletivo para o desenvolvimento de Santo Cristo?
- Na sua opinião, do que depende o sucesso de uma organização associativa e cooperativa?
- Como funcionava a tomada de decisões dentro da cooperativa? Havia democracia?
- Quais eram os principais pontos de divergência entre os associados? Como eram solucionados?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas cooperativas?
- Por que o Sr. acha que tantas cooperativas não sobreviveram por muito tempo?
- Sabemos que em Santo Cristo a tradição católica e a influência dos padres sempre foi muito forte. Qual a contribuição que a instituição Igreja e os padres deram para estas organizações coletivas?
- O Sr. teve alguma decepção por participar destas organizações?
- O Sr. concorda que a cooperativa também é um lugar de construção de conhecimentos?
- Alguma consideração a mais que o Sr. gostaria de fazer?

* Conforme o andamento da conversa, acrescentamos mais algumas questões pontuais para obter uma clareza maior sobre o pensamento do entrevistado.